

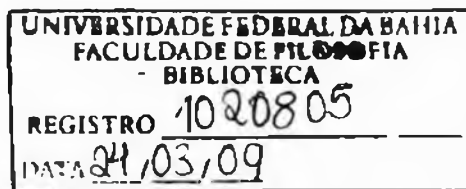
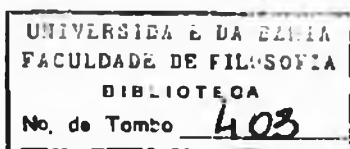
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DORA LEAL ROSA

O MANDONISMO LOCAL NA CHAPADA DIAMANTINA

Dissertação apresentada ao Mestrad
o em Ciências Humanas da Univer-
sidade Federal da Bahia

Salvador - Bahia - 1972



S U M A R I O

-	Introdução.....	1
I -	O Mandonismo Local na Vida Política Nacional: Uma Síntese.....	6
	1. O Mandonismo Local: Colônia - Império - República.....	7
	2. Bases Teóricas de Apoio.....	11
II -	O Mandonismo Local na Chapada Diamantina: Um Caso.....	18
	1. A Região.....	18
	2. A Posse da Terra.....	20
	3. As "Famílias" Os Coronéis.....	27
	3.1 Relações internas do Grupo Doméstico.....	30
	3.2 Relações entre "Famílias" e Coronéis.....	45
	3.2 Relações entre a "Família" (O Coronel) e a Ordem Pública.....	54

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Ao longo do curso "A Estrutura Social dos Dois Nordeste na Primeira República", oferecido pelo Mestrado em Ciências Humanas, no período 1970/1971, veio sendo desenvolvida uma ampla investigação a respeito do fenômeno "mandonismo local", em um nível, até então, pouco trabalhado: o da investigação empírica.

"Certos fenômenos já largamente referidos pela literatura sociológica, e mesmo, para-sociológica, no Brasil, tais como o privatismo e o mandonismo local - suas decorrências ou manifestações espaço-temporais, como o coronelismo, observado como expressão do privatismo que herdamos de nossas origens coloniais, reinterpretado e manifestado na primeira etapa de nossa República por imposição de inadequações ou contradições no plano da vida política - tais fenômenos não têm tido, quer nos parecer, o necessário tratamento factual ao nível de se tentar a construção de modelos empíricos trabalhados sob o controle das referências teóricas já elaborados". (*)

Realmente, embora já existindo, uma relativamente rica bibliografia sobre assuntos tais como mandonismo, familismo, privatismo, poder local e coronelismo são escassos os trabalhos que tratem o fenômeno da incursão do poder privado no domínio público, ao nível da empíria, ao nível do "caso".

Trabalhos clássicos como os de Costa Pinto (Lutas de Famílias no Brasil), Vítor Nunes Leal (Coronelismo, Enxada e Voto), e Maria Isaura Pereira de Queiroz (O Mandonismo Local na

(*) Zahide Machado Neto - "Nota Prévia sobre o Coronelismo na Bahia da República Velha" - p. 1 e 2

Vida Política Brasileira) - que abordam o assunto poder local, dentro de um plano teórico (embora por vezes tragam referências empíricas) - sugerem em momentos diversos a necessidade de se elaborar estudos monográficos a respeito do mandonismo como tentativa de compreensão total do fenômeno. (*)

Por outro lado, o trato empírico de manifestações circunstanciais do fenômeno "poder local", poderia permitir "não só testar as teorias já existentes, através da aplicação das referências teóricas aos fatos empiricamente observados, como é medida em que os resultados das investigações sejam suficientemente consistentes, reelaborá-las convenientemente". (**)

Assim, alguns dos mestrandos, matriculados naquela disciplina, iniciaram, sob a orientação do professor responsável pelo curso, uma investigação de caráter exploratório, sobre três "casos" de mandonismo corridos na Bahia, no período comumente referido como "República Velha" (1889-1930). Procurava-se observar, nessa investigação, o funcionamento de três elementos identificados como condicionantes à persistência e permanência de expressões de mandonismo local na vida política nacional: o latifúndio, a família grande e o isolamento.

O presente trabalho é o resultado final de uma dessas investigações. (***) Investigação em que se tomou como "caso" e o Coronel Horácio de Matos, chefe político na Chapada Diamantina, durante um longo período (1912-1930), herdeiro de uma das mais antigas famílias da região, os Matos da Chapada Velha, de grande tradição no mando e no exercício do poder.

(*) Os três autores citados parecem-nos ser as matrizes dos estudos de poder local realizados no Brasil. Outros trabalhos, em tratamento, existem, enriquecendo a literatura sobre o tema. (vide bibliografia)

(**) Zahidé Machado Neto - op. cit. pag. 2

(***) Um relatório inicial, apresentado como trabalho final do curso, serviu de base a esta dissertação. Tal relatório, ao lado de outros trabalhos de mestrandos, compõe uma coletânea de textos "Coronelismo na Bahia" editado pelo Meistrado em Ciências Humanas.

A seleção deste "caso", dentre as alternativas possíveis, deveu-se a dois fatores: o primeiro, a possibilidade de se acompanhar através o estudo da família Matos e do Coronel Horácio o processo de formação e organização da família como um "grupo de poder", de se proceder a reconstrução da velha ordem coronelista; a segunda, a existência de um volumoso arquivo, deixado pelo Coronel, contendo toda documentação que conseguiu acumular em sua vida de chefe político.

O arquivo do Coronel Horácio de Matos, fonte primária em nosso trabalho, compreende cerca de 2.000 documentos (cartas, telegramas, notas de compras, balancetes, a coleção do jornal "O Sertão", por êle fundado) cujas datas variam entre os anos de 1913 a 1931. Tal arquivo tornou-se sumamente importante para nós, por ser "capaz não apenas de indicar a reconstrução histórica de toda uma época, mas de prestar valiosa contribuição para a tentativa - de testar hipóteses teóricas sobre o fenômeno do coronelismo, já que êle pertenceu, e seu conteúdo está estritamente vinculado, a um coronel e ao funcionamento do sistema do coronelismo numa área em que êste fenômeno se expressou em termos de uma larga riqueza de relações, composições e soluções". (*)

Não apenas nos documentos do arquivo, se fundamenta es-

(*) - Zahidê Machado Neto - op. cit. p. 9

O arquivo do Coronel Horácio está em Mucugê, antiga cidade das Lavras. Com o objetivo de consultá-lo lá estivemos em viagem promovida pelo Mestrado, viagem que se estendeu a Lençóis, Andaraí, Xique-Xique de Igatu e Seabra, cidades - onde, ainda hoje, "vivem" os velhos coronéis, recriados através as histórias, casos e lendas dos seus moradores, muitos deles contemporâneos, parentes, amigos ou inimigos do Coronel Aurélio, de "seu Douca, Manuel Fabricio e Horácio. Recentemente, ainda em busca de dados e documentos sobre os Coronéis da Chapada, voltamos às Lavras, em percurso semelhante, alongado a Palmeiras, a antiga Vila Bela, do chefe Lídio.

se estudo. Também, em relatos colhidos em entrevistas e conversas com os antigos habitantes da região, em suas lembranças e memória, indícios que foram permitindo a reconstrução do universo e da teia de relações em que se formaram e se movimentaram os coronéis da Chapada.

Da pequena, mas minuciosa bibliografia sobre os Chefes Políticos da Chapada Diamantina recolhemos dados diversos, a história das suas lutas, dos seus feitos, as primeiras coordenadas - sobre o assunto.

Como apoio teórico partimos do conceito de coronelismo, formulado por Vítor Nunes Leal, em que o fenômeno é definido não como "uma manifestação anacrônica de poder local, ou sobrevivência de formas arcaicas de mandonismo e localismo, mas como superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social e econômica inadequada", e do modelo de referência seguinte:

1. rarefação do poder público e reciprocidade: prestígio próprio do coronel e prestígio de empréstimo, que o poder lhe outorga;
2. liderança do coronel - herdada ou conquistada - e funcionamento de uma constelação de prestígios entre coronel/coronéis/lugar-tenentes, entre coronel/doutores;
3. ascendência do coronel resultante do fato de ser proprietário rural; grande propriedade, grande número de dependentes (familiares - parentesco de "sangue", parentesco civil e religioso) empregados, parceiros, pequenos proprietários.
4. organização partidária e regime eleitoral compelindo a ação direta do coronel sobre seus liderados e evidenciando o filhotismo e mandonismo ("para os amigos, pão; para os inimigos pau"; "para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei").
5. situacionismo como condição de sobrevivência: apoio ao governo, e como contrapartida, "carta-branca".
6. assunção de instituições sociais pelo coronel: jurisdic

ção sobre dependentes, funções policiais com polícia privada (v. g., o jagunço) e autonomia extra-legal".

(*)

A partir desse quadro desenvolvemos nossa investigação dando maior ênfase ao ítem 3 (grande propriedade e relações dela resultantes), procurando observar as relações que se estabelecem dentro do grupo doméstico, entre as famílias dominantes, e entre estas e o poder público, tendo como suportes a grande propriedade e o isolamento.

Por fim, queremos agradecer ao Coordenador do Mestrado, Prof. Machado Neto, o estímulo constante à realização do curso e da investigação proposta, aos professores e todos aqueles que tornaram possível a elaboração deste trabalho, e em especial à Professora Zahidê Machado Neto, nossa orientadora desde os primeiros momentos, pelo incentivo, sugestões e orientação, - que conduziram a esse estudo, ora apresentado como dissertação de Mestrado.

/// ///

(*) - Elaborado pela Prof. Zahidê Machado Neto, op.cit.pag.5 e 6

I - O MANDONISMO LOCAL NA VIDA POLÍTICA NACIONAL:

Uma Síntese

"Coronelismo", "mandonismo", "privatismo", "familismo", e muitas outras são expressões comumente utilizadas para definir e caracterizar um mesmo fenômeno: o da incursão do poder privado no domínio público.

Como observou Costa Pinto, ao longo da história nacional, poder privado e poder público vieram defrontando-se como ordens antagônicas e concorrentes. "A história do poder político no Brasil, diz ele, parece ser a história da competição entre, de um lado, os fatores de dispersão política e social que engendram e suscitam a formação de agências privadas de autoridade e poder, e, de outro, os fatores de unificação e centralização que levam à consolidação da ordem estatal". (1)

De fato, a observação do processo histórico de formação e evolução da sociedade brasileira leva a tal constatação. Percebe-se, em épocas sucessivas e fases diferentes da vida nacional, a existência de uma estrutura do poder de caráter dual, expressa em ordens conflitantes - uma pública, outra privada - que disputaram entre si, ao longo da nossa história, o controle efetivo do Poder.

Nessa disputa, o poder local, em quase todas as ocasiões, afirmou-se como o poder mais forte. Entretanto, paralelo a ele veio se desenvolvendo um poder central, que não é, senão uma tentativa na Colônia, confundindo-se, no Império, com o mandonismo, para já na República, principiar a se desvencilhar do Coronelismo, e a se constituir numa força independente com a qual seria necessário contar.

(1) - Costa Pinto, L.A. - Lutas de Famílias no Brasil - p. 9

1.

As origens ou causas do fenômeno "poder local" parecem estar entranhadas nos fundamentos mesmos de nossa formação como sociedade.

Descoberta a Terra de Santa Cruz, necessário era assegurar-se sua posse. A colonização se faz medida urgente, realizada através da grande empresa escravocrata, a "plantation" colonial, pelo capitalismo da Metrópole, já que Portugal - sem condições para tomar a si o risco do empreendimento e investimento necessário - havia transferido para a iniciativa particular, a cultura e a defesa da terra.

Com a possibilidade de exploração e comercialização do açúcar, valorizam-se as novas terras e incrementa-se o seu processo de povoamento e colonização. Aí, nessas zonas propícias ao plantio e cultivo da cana (o Nordeste, principalmente) vão ser fixados os núcleos sobre os quais se organizaria o País.

A terra passa a ser o bem econômico, por excelência. A propriedade territorial, juntamente com a propriedade de escravos, constituiria a base e a linha mestra da estratificação colonial.

A grande propriedade tornava-se o fundamento de tal sistema econômico, que tinha ainda como instituição central a família extensa de cunho patriarcal. A grande propriedade tenderia assim, a constituir poderosa unidade doméstica, econômica e política, gozando quase de autonomia local.

Desse modo, a organização da sociedade brasileira com base no latifúndio e na "família grande" associada aos próprios fatores da colonização tornaram possível o surgimento de um poder privado, atuante e progressivamente fortalecido, em oposição a um poder público rarefeito e sem condições para impor seu mando e autoridade.

A sociedade de parentes, a família patriarcal solidamente assentada no alicerce econômico da grande propriedade, absorveria todas as funções sociais, tendo como resultante o Familismo, ou Privatismo, enfim, a hipertrofia do poder familiar, a incursão do poder privado no domínio público.

Os senhores rurais, dominando as terras, e os indivi...

os que nele viviam, passavam a exercer tão efetiva autoridade sobre os negócios públicos, que comentava um representante do Rei: "... têm esse relevo e essa estatura que, ou se governa com eles, ou sem eles não se governa".

Nos municípios onde estavam localizados os interesses imediatos dos proprietários rurais é que se vai fazer sentir o poder e autoridade dessa ordem extra-legal. Assim, encontramos relatos e notícias de Câmaras Municipais exercendo inteira autoridade em seus domínios, muitas vezes, indo de encontro às determinações emanadas do Reino, e às próprias disposições legais consideradas de interesse público. (2) E assim, agiam e procediam de tal modo, convencidos que estavam, de que o seu interesse particular estava confundido com o interesse público. Não havia separação entre um e outro, porque a realidade econômica, política e social da Colônia eram os proprietários rurais.

A Independência vem confirmar o status do patriciado rural como classe dirigente. Com ela o poder público deixa de ser expressão de alguma coisa colocada acima e fora do país, para refletir em sua composição as forças políticas da própria terra. O 7 de Abril assinala a completa transferência do poder para as mãos do senhorato rural, que deixava, assim, de operar no plano restrito das municipalidades, para projetar sua importância econômica, social e política, em toda extensão do Império. (3)

O familismo antes, em oposição aberta ao Estado, torna-se com a Independência, sinônimo de administração pública, indo impregnar a engrenagem burocrática do paternalismo de casa - grande. Em lugar da centralização do poder nas mãos do Imperador, continuou havendo sua fragmentação nas mãos dos proprietários agrícolas, ficando o Governo do País, reduzido a tantas governanças pa-

(2) - Maria Isaura Pereira de Queiroz e Nunes Leal em seus trabalhos sobre "mandonismo" (vide bibliografia) trazem exemplos diversos, relativos ao funcionamento independente das Câmaras Municipais na Colônia.

(3) - Nunes Leal - Coronelismo, Enxada e Voto - p. 45/46

triarcais, quantos eram os distritos em que atuavam os mandões políticos.

Inaugura-se a República. Antes, abolira-se a escravidão. Contudo, permanecia sem alterações a estrutura fundiária do país. Libertava-se o homem, mas não se libertava a terra. A propriedade da terra permanecia em mãos do patriciado rural, e as exigências do sistema de produção forçariam, cada vez mais, a concentração da propriedade rural. Substituíam-se o regime de escravidão, mas o latifúndio subordinaria o pequeno lavrador sem terras.

A República mantém sem alterações aquela mesma estrutura fundada na família extensa de caráter patriarcal e na grande propriedade. Preservava-se e dava-se condições de sobrevivência à velha estrutura de poder, em vigência desde tempos coloniais, tempos em que ordens antagônicas coexistiam, lutando ou contemporizando, pelo exercício do mando.

O Coronelismo vai se constituir na manifestação republicana do poder privado. Desde a Colônia, os senhores rurais vinham dominando as terras, e desde o Império, comandando a política. A República amplia-lhes o domínio, pois, o voto, instituído pela Constituição de 1891, estava a conferir-lhes um instrumento político de longo alcance, que lhes permitiria, através o controle do município - sua base de sustentação - intervir no processo político da tomada de decisões.

Muito embora o Poder continuasse nas mesmas mãos, a República introduziria, gradativamente, modificações de conteúdo na vida política nacional. Os proprietários rurais continuavam sendo a classe dominante. Mas, as exigências do processo histórico de transformação da sociedade brasileira fariam com que esse sistema - fundado no latifúndio, no trabalho escravo, na monocultura de exportação, e tendo a família extensa como instituição central - iniciasse um lento processo de decomposição.

O Poder que, entre nós, tinha estado com exclusividade nas mãos dos proprietários de terras, quando não havia no país, senão um sistema ganglionar de produção, desarticulado e auto-suficiente, passa a ser contestado e disputado por outros grupos

na medida em que, fatores como a Abolição, a instituição da República, a crise agrária, a industrialização, a urbanização, a burocratização, a secularização, etc., contribuíam decisivamente para a desagregação do antigo sistema de organização social.

Paralela a tais transformações levava-se a efeito a construção de um poder público, que, fortalecendo-se, iria se tornar a negação do poder privado dos senhores de terras.

Entretanto, permanecendo intocada a grande propriedade rural, permanecia o trabalhador subordinado e dependente ao latifúndio, e conseqüentemente, ao Coronel, dono das terras. Por isso mesmo, embora a sociedade, como um todo, fosse atingida no plano dos valores pelo processo de secularização que se irradiava dos centros dinâmicos do país, a crescente democratização do sistema político nacional não excluiria o Coronel, o chefe local, do processo político; antes se faria com ele, e sobre tal manifestação de mandonismo se refletiria.

O Poder nacional que desde a Colonia vinha sendo expresso naquela dualidade - poder privado/poder público - a partir de um dado momento (que talvez possa ser situado nos anos vinte) expressa-se em novos termos. O Estado, a ordem pública assume as funções de grande partido político, e com a integração do Brasil na economia mundial vai dominar a realidade brasileira.

1930 - A revolução de Outubro e a consolidação do Poder Central são feitas como produtos daquelas modificações que vinham ocorrendo no país, desde o último quartel do século XIX, e que possibilitaram a "uma nação essencialmente agrícola, constituída de grandes fazendas especializadas na produção de uns poucos artigos tropicais, transformar-se numa economia industrial, com massas consideráveis de população concentradas em zonas urbanas."(4)

A Revolução de Trinta não é, assim, produto de mudanças radicais ocorridas na estrutura social e econômica do País. É parte de uma evolução, e como evolução guardaria em si, coexistentes, tendências mais novas, entremeadas às velhas tendências sobrevi-

(4) - Celso Furtado - Dialética do Desenvolvimento - p. 93

ventes da Colônia, como por exemplo, a grande propriedade e o mandonismo local.

2.

A observação do fenômeno "mandonismo local", em nossa história política, revela como condição necessária para sua ocorrência, a pré-existência de uma ordem social fundada na família extensa de caráter patriarcal, na grande propriedade, tendo como corolário, o isolamento em relação aos principais centros de população e comunicação.

De Portugal veio para o Brasil o tipo de família patriarcal que no Reino começara a decair, sob o reinado de D. Manuel, e que aqui encontrava para revigorar e perdurar as seguintes condições: latifúndio e escravidão. (5)

Tais condições, que tornariam o chefe da família senhor sobre grande extensão de terra mal policiada, e sobre grande quantidade de gente inteiramente submissa a si, fariam da família, uma poderosa organização, um grupo capaz de agir, como verdadeiro grupo de poder.

Diz Nestor Duarte, estudando a formação da família na sociedade brasileira: "... não sendo possível a sobrevivência de qualquer forma de associação sem um princípio que a resume e explique, claro é de ver que a Colônia pela sua dispersão mesma, que tanto impressiona aos seus críticos e historiadores, pela forma de ocupação do solo com seus vínculos jurídicos e políticos, pela natureza de sua organização econômica - de caráter feudal indiscutível - essa colônia, enfim, porque assim era como sociedade, e porque assim deveria ser, haveria de resultar num corpo de organiza-

(5) - Cfe. Maria Isaura P. de Queiroz - Mandonismo Local na Vida Política Brasileira - p. 16

ção privada, tendo a família como centro econômico e político, em torno ao qual vinha resumir-se e fixar-se. (...) Tipo de organização em correspondência com esse meio tão disperso, sem densidade, e com uma população que além de ser móvel, quase nômade, por vezes, se distribuía por núcleos irregulares. (...) Sem unidade, a falta de grandes vínculos efetivos de associação e intercâmbio, - esse meio só poderia favorecer a grupos fechados, exclusivistas - como o grupo familiar, que por sua vez, haveria de dificultar e impossibilitar todo e qualquer processo de unidade maior a que pudesse propender essa ordem social". (6)

A família, assim formada, não ficaria limitada aos pais e seus filhos. Alongava-se do senhor aos escravos, tendendo a integrar grandes grupos, que juntos constituíam o sistema social, - por excelência, do Brasil patriarcal; sistema esse fundado na solidariedade parental.

Tal família abrangia o casal branco e seus filhos legítimos, seus parentes (compondo o núcleo do grupo doméstico) e uma periferia mal delineada de escravos, agregados, afilhados, na qual ainda se incluíam concubinas e seus filhos ilegítimos, formando blocos ajustados e harmônicamente movidos, em suma, clãs patriarcais.

Se o pai de uma dessas famílias, encabeçava uma unidade composta de filhos, noras e netos, os chefes das famílias estavam ligados uns aos outros como primos, tios, e sobrinhos, e outras relações de variados graus, formando poderoso sistema para a dominação econômica e política, e, por conseguinte, para a aquisição e manutenção de prestígio e status.

Neste sistema, a família assume tal significado, que para defender a si mesmo, para prosperar, para produzir o indivíduo necessitava estar ligado a um grupo, o grupo familiar; fora dele não teria existência social.

Desse modo, através sua participação no grupo familiar é que se iria adquirir representatividade e status na comunidade.

(6) - A Ordem Privada e a Organização Política Nacional - p. 65

A dissolução do indivíduo na família, se faz de tal modo radical, que a atribuição e responsabilidade de um crime, por exemplo, não ficaria restrita ao criminoso, mas, sim, estendida à família como um todo. São frequentes no período colonial, e mesmo na República, os casos de lutas de família, em que todo o grupo, inclusive sua clientela, se mobilizava para vingar uma afronta, uma ofensa, ou defender seus interesses políticos; a solidariedade entre "parentes", é característica marcante da família grande.

Formando um grupo poderoso, a família patriarcal importava estabelecer vínculos que mantivessem estável sua situação de dominação e poder. O casamento seria, nesse contexto, um instrumento de consolidação e preservação de status, subordinado que estava, não aos interesses do indivíduo, mas aos do grupo. Dentro da perspectiva do interesse do grupo, dava-se preferência a uniões endogâmicas, ou seja, dentro do mesmo grupo, visando com isso garantir o não fracionamento dos bens econômicos e o reforço dos laços de parentesco, ou então, uniões fora do grupo, que favorecessem a criação de laços, e o estabelecimento de alianças que aumentassem o seu prestígio e poder.

Além dos vínculos surgidos com o casamento, outros laços podiam ser criados, como o do "Compadrio", utilizado como instrumento para o fortalecimento das relações de obrigação e solidariedade entre os membros da família.

O "compadrio" pode ser entendido como uma espécie de super-parentesco, (um parentesco espiritual) em que os "compadres" não precisam, necessariamente, ser parentes de sangue. A relação é formalizada através um ritual, no qual os pais de uma criança - escolhem um casal para padrinhos do seu filho, dando-os como seus substitutos junto ao "batizando". Em função desse "parentesco" estabelece-se um sistema mútuo de obrigações: os padrinhos devem prestar assistência aos afilhados, e caso necessário, até mesmo, servir-lhe de pais; o afilhado deve, por sua vez aos padrinhos, obediência, amizade, respeito, atitudes semelhantes a de um filho legítimo. Os compadres reconhecem-se como "parentes", e como tal desempenham seus papéis.

A relação de compadrio vai permitir à família patriarcal utilizá-la para criar ou reforçar laços de amizade (quando estabelecida ao nível do núcleo, entre seus membros, ou, entre estes e famílias de igual status), ou como mecanismo de dominação política (quando formada entre o núcleo e membros da periferia), pelo tipo de compromisso que implicava, e vínculos que formaria.

Isolado na grande propriedade, e dependendo, exclusivamente, do dono das terras, o trabalhador tendia a recrutar seus compadres, entre os membros do núcleo da Família, já que este era um dos poucos recursos através do qual, poderia fazer face às pressões do sistema social. Ao Patrão-Compadre recorreria nos momentos de maior dificuldade, na resolução de seus problemas. Por outro lado, o trabalhador deveria ao seu Compadre, "amizade", lealdade, solidariedade. Essas relações que se formam com base no compadrio, num sistema em que dominam relações de desigualdade, vão permitir ao proprietário rural exercer um controle eficaz sobre sua clientela.

Assim, a família vai representar na sociedade colonial, todo um sistema econômico, político e social, que nem a República com as transformações que trazia encerradas em si, foi capaz, pelo menos nos seus primeiros anos, de modificar sensivelmente.

A família patriarcal apoiada na grande propriedade tem enfim condições de se tornar (e atuar) como um grupo de poder.

No sistema implantado no país, a propriedade da terra estava bem definida em meio à economia essencialmente agrícola. Era a instituição básica, caracterizando-se pelo latifúndio, monocultura, agricultura extensiva, extração, etc.

A propriedade agrária tenderia a se constituir em uma unidade de auto-suficiente, quase gozando de autonomia local, o que juntamente com a liderança do chefe da família desenvolveria o espírito local e dirigiria a política municipal para os interesses privados dos senhores rurais.

Inaugurava-se a República sob o signo do trabalho livre.

Entretanto, a Abolição e a instituição da República não trariam modificações sensíveis, de imediato, a sociedade brasileira. Abolira-se o regime de escravidão, mas o colono (no Sul), e os antigos escravos e agregados (no Nordeste), continuavam sob o domínio do Senhor, presos ao fazendeiro, dono das terras, pelos vales e adiantamentos nunca saldados.

"Tão fundamental é o papel da terra como fator de dominação, que poderíamos dizer corrigindo os termos constitucionais, de modo a adequá-los à realidade, que 'todo poder emana da terra, e em seu nome será exercido'. (por isso) a libertação do escravo pouca influência teria sobre o sistema social. Não lhe restando - outra alternativa senão continuar no latifúndio, sua remuneração não ultrapassaria o nível de suas necessidades, se estas haviam sido definidas, inclusive em sua própria consciência, em termos do seu status de escravo. Na verdade, a Abolição foi apenas uma ficção: libertava-se o homem, mas não se libertava a terra". (8)

Permanecia a propriedade da terra em mãos do patriciado rural; substituiu-se o regime de escravidão, mas o latifúndio subordinaria o pequeno lavrador sem terras, e permanecendo intocado, seus efeitos se irradiariam por todos os níveis do sistema. Assim é que "... impedindo a mobilidade vertical, a grande propriedade garantiria a manutenção de um sistema de prestígio derivado da posse e não da realização; implicaria, também, na concentração do poder institucional e arbitrário com a exclusão da representação política da massa dos produtores, de forma tal que o poder público e as instituições servissem a interesses privados e não à coletividade." (9)

Com a República é instituído o voto direto e universal, ao mesmo tempo em que se incorpora à Nação, como cidadãos, grande quantidade de escravos, agregados, colonos, imigrantes e seus des

(8) - K. Woortman - "A Questão Agrária e a Crise Brasileira"
p. 4 e 5

(9) - Idem, idem, p. 6

cedentes. A extensão do direito do voto a essa massa, até então excluída do processo político eleitoral, vai dar um novo sentido à posse da terra e à liderança local. A situação de dependência e subordinação do trabalhador rural em relação ao proprietário das terras tem como uma de suas principais consequências, o domínio do patrão sobre grande número de eleitores, a posse de um numeroso "eleitorado de cabresto". Por isso o latifúndio além de ser um instrumento de lucro rápido, passa a ter uma significação política: não se destina tão somente a produzir bens, destina-se a garantir clientelas eleitorais.

A família grande e o latifúndio constituem a base do sistema coronelista, reforçado por um outro fator, o isolamento.

Conquanto suas consequências se projetem sobre toda a vida política do país, o Coronelismo atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer, os municípios rurais, ou, predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, o comércio e a indústria, por exemplo. O isolamento torna-se importante fator na formação e manutenção do fenômeno.

Na medida em que seu município está mais afastado dos centros de comunicação e poder, o chefe político tem maiores possibilidades de manter estável seu prestígio, dificultando a intervenção do Governo nos seus domínios, e por outro lado, mantendo maior controle sobre a massa de agregados e dependentes que constituem sua clientela.

A organização agrária do país, mantendo a dependência do trabalhador rural ao proprietário da terra, e o isolamento físico em que se encontravam, vivendo em regiões, por vezes, de difícil acesso, distante dos centros urbanos de maior expressão, contribuem para criar um tipo de situação em que o Patrão surge para o homem do campo como um intermediário entre si e o "mundo de fora".

Dificultados e minimizados os contatos extra-locais, e impossibilitados de uma interação com o sistema global, e não ser através da intervenção do líder, o trabalhador rural, e por extensão os moradores de um distrito, ou um dado município, só poderiam conformar sua visão de mundo a partir do relato do Patrão.

Geralmente analfabetos, e sem condições de por seus próprios meios atingir os centros de decisão (política e administrativa) o trabalhador, dependendo sempre do seu chefe - que por ocupar as posições formais de liderança e chefia na comunidade detém com exclusividade os canais de comunicação entre o sistema local e nacional - teria a sua visão do mundo sempre conformada por ele, Patrão, que agiria como seu mediador, como o indivíduo capaz de definir e adequar o sistema global, o mundo exterior, ao sistema particular, a comunidade local.

A permanência combinada desses três fatores - família, extensa, grande propriedade, isolamento - em nossa história tem como resultante, já se disse, o Familismo, ou Privatismo, ou Coronelismo, ou Mandonismo, enfim, a hipertrofia do poder familiar, a incursão desse poder particular na ordem pública.

/// /// ///

II - O Mandonismo Local na Chapada Diamantina: Um Caso

1.

A região da Chapada Diamantina - uma região de relevo - acentuado, de planaltos e chapadões, escarpas, grotões profundos, serras e muitos rios - já nos fins do século passado adquiria uma posição destacada na organização política e econômica do Estado. Zona rica em minerais, teve a Chapada na mineração de diamantes e carbonatos, sua atividade econômica mais expressiva, fator de atração para os milhares de indivíduos que, saindo dos pontos - mais diversos do país, demandavam as Lavras, em busca do diamante e da riqueza.

Crônicas datadas do século XVII dão notícias da passagem pela Chapada, de bandeirantes e sertanistas a procura de ouro e pedras preciosas. Outras, do século XVIII, fazem referências e pequenos aglomerados no sertão de cima, onde já se cultivavam cereais, plantava-se café, fumo, algodão, cana-de-açúcar, e mantinha-se uma pecuária incipiente. (9)

Ao longo do século foram se formando acampamentos, povoados, pequenas vilas. Dessa época datam Praia das Palmas de Monte Alto, Vila Velha, Chapada Velha, Descanso dos Crioulos, Bom Jesus dos Meiras, Bom Jesus dos Limões, Nossa Senhora dos Remédios, Gentio do Ouro, Campestre, Morro do Chapéu, Santa Isabel do Paraguassú, núcleos através dos quais se processou o povoamento da Chapada Diamantina.

Em princípios do século XIX, correm rumores de que num sítio próximo a Gentio do Ouro, um mineiro havia descoberto alguns diamantes. Tempos depois, são descobertas as lavras de Santo

(9) - Valfrido Moraes - Jagunços e Heróis - p. 8

Inácio; um pouco mais tarde, as da Chapada Velha. (10) Acorriam - mineiros, aventureiros, retirantes, homens os mais diversos. Novos garimpos eram abertos. A mineração começava a tomar vulto.

Em meados do século, lá pelos anos de 1844, a febril divulgação das descobertas de diamante no rio Mucugê intensifica o fluxo migratório para as Lavras. Milhares e milhares de indivíduos tomavam a rota do diamante, saindo do Grão-Mongol, ou do Tijuco, na Província de Minas Gerais, da Chapada Velha, do Assuruá, - das Minas do Rio de Contas, do Gentio do Ouro, do Recôncavo, de muitos outros centros da Província da Bahia.

Dirigiram-se, a princípio, para Santa Isabel do Paraguassú, imensa sesmaria doada à Família Medrado no século XVIII. De Santa Isabel foram se dispersando por áreas vizinhas, instalando acampamentos, armando barracas, formando povoados que florescentes estariam abrigando milhares de almas, logo transformados em vilas, cidades, sedes de municípios.

Mucugê, Andaraí, Lençóis e Palmeiras surgem desse modo: bons achamentos rapidamente divulgados, atraindo garimpeiros, e logo, daquele aglomerado informe nascia um lugarejo, um povoado, um futuro município.

Conta a tradição que Lençóis, já nos fins do século XIX possuía uma população de 30.000 almas. Mucugê, uma dezena de milhares; Palmeiras e Andaraí, outros tantos. Afora o sertão, zona de gado e lavoura, que prosperava em função da mineração. (11)

Histórias fantásticas sobre o garimpo e o diamante corriam à solta. Cada vez mais, aumentava o número dos que pretendiam enriquecer catando o "metal". (12) De toda parte, chegavam -

(10) - Gonçalo de Ataíde Pereira - "Noticias sobre a descoberta das Lavras Diamantinas na Bahia" in Revista do Instituto Historico e Geografico da Bahia, pag. 75, março 1899, Ba.

(11) - A Chapada Diamantina compreende duas zonas distintas: uma, a do sertão, de criação de gado e agricultura; outra, a das lavras, onde a mineração é a atividade predominante.

(12)-no linguajar do garimpeiro o diamante é chamado, de "metal".

às Lavras.

"Fazia mais de seis meses que o retirante Silvério tinha chegado. Viera do alto sertão. (...) Na sua terra, ouvira muitas vezes falar das Lavras, dos seus garimpos fabulosos, dos seus diamantes que eram encontrados até na moela das galinhas. Seduzido por essas notícias, encheu-se de esperanças, e, seguindo o exemplo de outros sertanejos, também se decidira a tentar a fortuna em Andaraí. Por precaução, deixara a mulher e os filhos no sertão, prometendo voltar logo que fizesse dinheiro. (...) E o retirante juntou-se à leva". (13)

Entre os que migravam seguindo o caminho do diamante estavam, também, homens abastados, senhores de terras e escravos. - Vinham de Minas Gerais, do Recôncavo. Traziam consigo além dos seus bens e haveres, suas famílias, e uma larga tradição na arte do mando e da política.

Eram os Coroneis "elementos mais categorizados e dotados de costumes outros e de outros princípios" (14) que vinham fixar-se nas Lavras, onde os garimpos eram ricos e fácil sua exploração, ou, um pouco mais além, no Sertão, onde as terras eram excelentes para a agricultura e pastorícia.

Quase todos acumularam atividades como fazendeiros e donos de garimpo. Quase todos consolidaram e aumentaram o capital investido. Formaram eles a classe dominante da sociedade que se organizava: a classe dos donos das terras e por assim dizer, dos homens que nelas viviam e trabalhavam.

2.

Os Coroneis chegam e ocupam a Chapada. Apossam-se das terras; das terras até então devolutas, de livre garimpagem. Mandam demarcá-las e providenciam o seu registro. Põem fim à livre garimpagem. Garimpar e plantar só com autorização do dono da ter-

(13) - Herberto Sales - Cascalho - p. 93

(14) - W. Moraes - op. cit. p. 16

ra.

No tempo das primeiras descobertas, aqueles garimpeiros não conheciam dono. O povo trabalhava à vontade, nos estabelecimentos e nos serviços de morgulho, mas logo veio o Coronel Juca de Carvalho com os seus Títulos de Terras e Minas, com os seus registros de lotes reconhecidos pelo Governo, e estabeleceu domínio particular sobre o vale. Transferido o direito de propriedade ao Cal. Germano, certo garimpeiro tentara um dia -contavam- trabalhar no Paraguassú. Viera de fora, já dera muita cobiça, estava ficando velho, precisava cuidar do futuro. "Com uns quatro contos eu estou satisfeito" - pensava. Subiu a serra numa terça-feira, atraído pela fama dos garimpos de Passagem, e não tardou a dar cálculo numa grapiuna. Arregançou as calças, muito tranquilo, e começou a trabalhar. Foi quando chegou o gerente com uma espingarda nas costas. Estava inspecionando a serra e disse:

- Você não pode trabalhar aqui não
- Porquê?
- Porque não.
- De quem são estas terras?
- De chefe.
- E o rio?
- De chefe.

O homem olhou. O Paraguassú descrevia lá em baixo uma curva ampla.

- O rio também? - indagou
- Sim. O rio é o leite do rio - respondeu o gerente.

Você aqui, sem ordem do chefe, nem para beber água." (15)

As autorizações para garimpar eram concedidas, mas não para garimpagem autônoma e independente. O garimpeiro trabalhava para o dono da serra. Trabalho regulado por normas ditadas pelo Coronel, fundamentadas, por um lado, na propriedade privada da terra, e por outro, na abundância de uma mão de obra

(15) - H. Sales - op. cit. p. 23

parcialmente remunerada.

A posse da terra é o sistema de relações de trabalho - daí derivado, tornava-se possível o desvirtuamento da lei expressa no Código de Minas, que previa a definição como garimpeagem "o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis na extração de pedras preciosas... (..) Caracteriza-se a garimpeagem: I - pela forma rudimentar de mineração; II - pela natureza dos depósitos trabalhados; e, III - pelo caráter individual do trabalho, sempre por conta própria." (15) Entretanto, nas Lavras, a garimpeagem assume a partir da intencionalização da mineração caráter de organização empresarial.

O garimpo era uma empresa montada para a exploração do diamante. O garimpeiro, um trabalhador, era empregado do Coronel, contratado sob a forma de peão-trabalha ou alugado, raramente trabalhando como particular. O privilégio de explorar, livremente, o diamante cabia unicamente ao dono da terra; privilégio mantido a qualquer preço, inclusive o da violência.

"(...) Qual, seu Testônio não deixava ninguém trabalhar na grama dele não, serrão e garimpeiro sem joito. Esses donos de grama só tem serviço para eles mesmos.

O Coronel Germano sorria intimamente. Ali, e seu Paracussú!... Lúguas e lúguas de serrão que lhe pertenciam por documentos passados em cartório e garantidos por lei, e que estavam guardados dentro daquele canudo de folha-de-flandres, que era como o seu cetro de rei dos diamantes." (17)

Trabalhar de peão-trabalha era como se chamava ao contrato verbal de trabalho estabelecido entre o garimpeiro e o dono da terra. O contrato previa o fornecimento semanal do saco (18) pelo patrão, entrando o garimpeiro com seu trabalho e o compromisso de vender sua parte nos diamantes ao seu fornecedor. O sistema de peão-trabalha era um resumo, (e continua sendo ainda hoje) uma soci-

(15) - Código de Mineração e Legislação Correlata - p. 48

(17) - H. Sales - *op. cit.* p. 21

dado em que uma das partes investia capital, e a outra trabalho. O produto final, as pedras encontradas, deviam ser divididas em partes iguais entre os sócios. Daí, ser chamado "meia-praça" ao garimpeiro (dono da metade do achamento) denominação extensiva - ao contrato de trabalho, e "fornecedor" ao patrão, por seu encargo de fornecer o sacco semanal. (18)

Nessa sociedade, o fornecedor, sócio-maior, tinha o direito de avaliar e estabelecer o preço do achado, e a preferência na compra da pedra. O garimpeiro arcava ainda com o pagamento do quinto ao proprietário da terra, que era o seu fornecedor. No acerto final das contas, após a venda da pedra, era comum o garimpeiro continuar devendo ao fornecedor.

Num capítulo de cascalho, Herberto Sales descreve a mecânica do sistema revelada no momento da comercialização da pedra:

(18) - o "saco" era o valor estimado da despesa semanal do garimpeiro com alimentação. Podia ser fornecido em dinheiro, ou gêneros alimentícios. O dono da serra, o fornecedor, preferia, em geral, fornecer o sacco em mantimentos, visto ser êle, quase sempre, o dono do armazém local, ou barracão - que supria as necessidades dos trabalhadores. Em/ um trecho de Cascalho a situação é expressa de modo bem claro: Dois trabalhadores conversando sobre o fornecimento: "Você recebeu o seu fornecimento em dinheiro?"

Não - respondeu Silvério, Recebi um vale para o barracão. Filó cuspiu por entre os dentes

- Foi também o que eu recebi - disse. - Você bem sabe que seu Teotônio é como qualquer outro dono de serra: fornecimento em dinheiro com êle só no dia de São Ilunca de tarde. Você acha que êles tem barracão é pra enfeite?

- Mas os preços do barracão estão muito alterados...

- É a praxe dos fornecedores

- Eu sei...Mas com as vantagens que êles já levam - continuou Silvério - os preços bem que podiam ser os mesmos da praça." - (...) pag. 246

"(...) Para o senhor quanto ela vale?

- Pra mim ela vale quando muito uns dez contos (respondeu o capangueiro)

- Será que o senhor não pode dar quinze? disse Filó.

Seu Teotônio sorriu com ar de surpresa.

- Quinze? - ebbou - Você está sonhando, Filó!

.....

- Será que o senhor não acha bom a gente correr a praça?

Seu Teotônio protestou com impaciência:

- Correr a praça? Você se esquece de que trabalha em minha serra? - Então você acha que eu vou consentir que diamante ou carbonato, saído em minha serra vá parar nas mãos de outro comprador? (...) Tenho a preferência, e esta só Deus me tira." (15)

Outro trecho de Cascalho:

"(...) O Coronel estava na sala acertando contas com os garimpeiros.

- Joaquim! chamou - Vamos ver sua nota.

O garimpeiro atravessou o grande grupo formado na porta da casa, tirou o chapéu e apresentou-se. O Velho Justino, que recolhiera, logo depois da apuração, o diamante que o meia- praça pegara na tarde anterior, entregara-o poucos antes ao chefe.

- Deu um quilate - informou, diminuindo dois, e desreciando a pedra para fazer maior lucro, acrescentou: - Mas é um diamante muito pontado. Só vale 350.000.

- Será que o senhor não pode chegar mais uma coisinha, Coronel? - insinuou timidamente o garimpeiro.

- Meu prego é um só.

- Então o senhor pode fazer a conta.

O Coronel guardou o diamante no picuá, que em seguida tampou; franziu as sombrancelhas e fez a conta. Depois respondeu:

Abatendo os 20% do quinto, de minha parte como dono da serra, ficam duzentos e oitenta mil reis. Dos duzentos e oitenta, abatendo a metade, da minha parte como fornecedor, ficam cento e quarenta. Seu sócio está aí? Cada um tem direito a 70.000.

Mas logo em seguida, abrindo o caderno de papel pardo do barracão, correu o dedo ao longo da página cheia de números alinhados em parcelas, e acrescentou:

- Sua conta no barracão é de 150\$000 Joaquim. Quer dizer que abatendo os setenta de sua parte no diamante, você fica me devendo noventa". (20)

Como alugado (uma outra modalidade de contrato acertada entre o dono da terra e o trabalhador), o garimpeiro recebia - uma diária fixa suficiente apenas para sobreviver; sobre as pedras achadas não tinha nenhuma participação.

"Silvário agora estava só dentro do rancho. Os outros garimpeiros tinham descido para a cidade, foram dar um giro pelas vendas. Fazia certa de seis meses - considerava - vinha trabalhando alugado em vários serviços, indo daqui pr'ali, dali pr'acola, rolando sem ser pipa. (...) Como alugado não tivera direito sobre os muitos diamantes que ajudara a pegar: limitou-se a receber a diária minguada, de acordo com aquela prática que tanto o desorientara a principio". (21)

(20) - H. Sales - Cascalho - p. 41, 42

(21) - H. Sales, op. cit. p. 57 - Outro trecho de Cascalho mostra com precisão a extrema dependência do garimpeiro aos salários oferecidos pelo Coronel: "Você vai ganhar dois mil e quinhentos - por dia Salu. Sei que você é bom de serviço.

- Quer dizer que eu entro como alugado? - respondeu o garimpeiro.

- Oxente! Como é que você queria entrar? Como meia-praça? Já não tem mais lugar para meia-praça.

- Eu tenho oito filhos, Coronel - alegou Salu.

- E o que é que eu tenho com isso? - retrucou ele (...) Foi lá - continuou o Coronel. - Você querendo entra como alugado. Está achando a diária baixa? Não está tão baixa não. Tem gente que vai ganhar mil e quinhentos. Em todo caso, se você quiser, é só voltar para Andaraí. Uma coisa, porém, lhe garanto: você não vai encontrar lá colocação melhor, quer ficar?

- (...) Está certo, Coronel. Pode mandar assentar meu nome.

(...) E Filó Finança comentava - Aqui no Paraguassú, alugado sofre mais do que sapatinha de mulher-dema em cabaré. (page 21/22)

A condição de particular era reservada aos homens de confiança do Coronel: seus fiscais de serra, gerentes, cabos-de-turma. O garimpeiro mesmo, quase nunca obtinha permissão para trabalhar como "particular" nas terras do Coronel, porque como tal gozariam de certa autonomia. Como particular pagavam apenas o quinto ao chefe, podendo dispor livremente da pedra encontrada. Por isso, trabalhar de particular era um prêmio dado a determinados homens, por sua fidelidade e lealdade ao Coronel.

Fosse no garimpo ou na fazenda, o trabalhador submeteva-se ao dono da terra; vivia em seus domínios, a mercê de sua justiça, leis e decisões.

"Ainda hoje, a maior percentagem da população brasileira concentra-se no meio rural. Vivem nos campos na grande maioria dos casos, quase que sem nenhuma forma de organização política, isto é, não em comunidades constituídas de cidadãos, mas como indivíduos que integram unidades familiares ou de vizinhanças, sem qualquer expressão política. Para o homem comum que vive nos campos, sem relações de trabalho objetivamente definidas, seu destino pessoal apresenta-se em uma vida comunitária rudimentar sem qualquer significação política. O status de morador é quase incompatível com o de cidadão. O trabalhador urbano, por exemplo, que sai de fábricas para o seu caso, tem consciência de que as normas que regem a vida do cidadão são distintas daquelas que regem o trabalho, e que o capacita a observar com sentido crítico as relações de trabalho. Já grande propriedade, o homem que sai ou entra em sua casa, está saindo ou entrando em uma parte da propriedade. Assim, nenhum aspecto de sua vida escapa ao sistema de normas que disciplina sua vida de trabalhador. Todos os atos de um agregado, são atos de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômica - social que é o latifúndio." (22)

Nesse estágio pré-político se encontrava a população das Lavras. Viviam e trabalhavam nas terras do Coronel, terras que,

(22) - Cfe. Celso Furtado - Dialética do Desenvolvimento p. 142/153

incluam além das fazendas e garimpos, a área das vilas, cidades ou municípios sobre a qual pontificava como autoridade exclusiva, o Coronel.

3.

Chamava-se "Coronel" aos grandes proprietários de terras, gado, ou garimpos, via de regra, chefes políticos da região onde tinham seus bens. O título máximo era concedido apenas aos "maiorais", como se dizia, então. Expressava o seu poder, o domínio absoluto sobre uma dada localidade. Para legitimar e dar um caráter de legalidade à sua autoridade, compravam a patente correspondente na Guarda Nacional: eram Coronéis de fato e de direito.

Era o Coronel, o chefe político, o legislador, o juiz, a autoridade em seu território. Encarnava o poder de fato e de direito (tornando-se Intendente), delegando-se todas as suas atribuições fossem de ordem política, econômica, jurídica, policial ou militar, apoiado no prestígio e na submissão e dependência da "sua gente". (23)

Após as descobertas do rio Mucugê, com a divulgação das notícias das novas minas que superavam, pela abundância e qualidade dos diamantes, todas as demais até então surgidas, chegaram à região os primeiros Coronéis, abrindo garimpos, montando casa, plantando e criando gado.

Quando se inicia a República, os Coronéis chegados às Lavras estavam consolidando seus bens e domínio político. A Chapada Diamantina recortava-se em municípios e distritos, não apenas em função de uma divisão geográfica, mas também, em função das áreas de poder e zonas de influência estabelecidas entre os Coronéis, e sujeitas a remanejamentos, dadas as rotineiras guerras

(23) - A expressão "gente do Coronel" era muito comum nas Lavras, servindo para identificar a que "família" pertencia cada sujeito.

ras de conquista.

Um mapa político da Chapada podia ser delineado, no ano de 1889:

Lençóis, considerada a Capital das Lavras, era em 1845, um sítio onde se aglomeravam alguns garimpeiros, a catar diamantes no leito dos seus rios, e nas dobras das suas serras. As descobertas nos rios Lençóis e São José atraem uma massa ponderável de garimpeiros, e alguns homens recursados. Os registros da época relatam a chegada ao então povoado de Lençóis dos Coronéis Felisberto Augusto de Sá, José Martins da Rocha, José Cláudio de Souza Alcântara; dos Comendadores Antonio de Souza Spínola, Antonio Botelho de Andrade e outros de patente menos elevada.

O povoado passa a vila, cidade, sede de município. A chefia local pertence a Família Sá, através do seu patriarca, o Coronel Felisberto Augusto de Sá.

Na Chapada Velha, um dos mais antigos núcleos da região, a Família Mattos detinha o controle das posições políticas, há quase duas gerações. Eram os Mattos donos de garimpos, e de terras de lavoura e criação. Sua influência estendia-se até Brotas de Macaúbas, sede do município, e vizinhanças.

Barra do Mondego, antigo distrito do município de Brotas, tornara-se independente por ato do Governador Antonio Muniz, ficando sob a direção do Coronel Militão Rodrigues Coelho, rico proprietário de terras de lavoura, e de garimpos de ouro e diamante.

Cochô do Malheiro, zona de criação do gado, centro comercial na estrada real do sertão, por onde passavam as grandes boiadas e as caravanas rumo ao São Francisco, ou ao Planalto Central, tinha na chefia política os Paula Ribeiro. O Coronel Francisco de Paula Ribeiro iniciou o domínio da família no Cochô, sucedendo-lhe o filho Heliodoro, contemporâneo de Clementino de Mattos, da Chapada Velha, do Coronel Felisberto de Sá, e do Coronel Militão Rodrigues Coelho. A vila de Cochô do Malheiro seria, em 1895, totalmente destruída por inimigos políticos do Coronel Heliodoro, obrigado a retirar-se da Chapada, para outras proprie-

dades mais distantes (24)

Andaraí, área primitivamente habitada pelos índios cariris, começa a ser povoada em 1845 ou 1846, por garimpeiros vindos de Santa Isabel do Paraguassú. A riqueza das minas de Andaraí torna-se conhecida, atraindo para lá, gente de outros garimpos. Em 1884 o território é elevado a município sob a chefia política do Coronel Juca de Carvalho, que sem filhos indica como seu herdeiro político o Coronel Pedro de Jesus. Após sua morte, um seu antigo cabo de turma, Aureliano de Brito Gondim expulsa o herdeiro e assume a direção do município, fato depois aceito e reconhecido formalmente pelo Governo do Estado que o prestigia, scatando-o como intendente de Andaraí.

Em Palmeiras, a política do município era orientada por duas ou três famílias que se revezavam no poder. Uns os Teixeira, ora os Castro Lima ora os Belo ocupavam a Intendência, alternando-se de modo pacífico.

Mucugê, a antiga sesmaria de Santa Isabel do Paraguassú, era parte do patrimônio da Família Medrado, aí instalada desde os princípios do século XIX (25), com o sargento-mor Francisco da Rocha Medrado, e continuada República afora sob o comando de um dos seus netos, o Coronel Douca Medrado.

Outros municípios (26) compunham o mapa político da Chapada; existiam dirigidos por chefes menores em geral com patente

(24) - A destruição do Cocho do Malheiro foi ordenada pelo Coronel Felisberto Sá, com a cobertura do então governador Luiz Viana, em vingança contra a criação dos municípios de Palmeiras e Campestre, ato de Heliodoro quando deputado à Constituinte Bahiana.

(25) - Em 1822, Spix e Von Martius em sua viagem pela Província da Bahia, mantêm contato com o sargento-mor Francisco Medrado, informando-o da existência de diamantes em suas terras de Santa Isabel. Cfe. W. Moraes, Op. cit. p. 12

(26) - A micro-região da Chapada Diamantina Meridional após a última divisão administrativa do território do Estado, ficou constituída de 21 municípios. Vide em anexo, a relação da queles que compunham a região em 1889.

Maior da Guarda Nacional, subordinados aos Coronéis, como seus tributários e compenheiros nos tempos de guerra e do eleições(27)

3.1

As famílias dominavam a vida política da Chapada: Gerações de uma mesma família sucediam-se no mando político do "seu" município, vila, cidade, ou distrito. Transmitia-se a chefia local, como se transmitiam as propriedades, os negócios da família; era ela parte do legado, passado de pai para filho, o filho mais velho sempre que possível.

As vezes, acontecia quebrar-se a tradição. Um cabo de turma, um lugar-tenente rebelava-se e expulsava o antigo senhor da terra, ou então, após a morte do chefe, impedia a investidura do seu herdeiro. O caso de Andaraí é exemplo claro dessa situação.

O costume, no entanto, era a Família conservar suas posições; como em Ilucugê, onde as sucessões faziam-se pacificamente. Aí, tinham estado sempre os Medrados, chegados com o Sargento Mor Francisco da Rocha Medrado, criado raízes com o seu filho Reginaldo Medrado, consolidadas pelo neto (filho de Reginaldo), Coronel Douca Medrado.

Também em Lençóis e Chapada Velha mantinha-se a tradição; eram domínios tradicionais dos Sãs e Matos, respectivamente.

O Coronel Felisberto Augusto de Sá veio do Grão Mogol, Província de Minas Gerais, para Lençóis, no início das garimpegens. "Homem de instrução secundária, cavalheiro de fino trato, tinha sob suas ordens centenas de trabalhadores nos garimpos de diamante; era também um dos chefes do Partido Federalista (chegou a ser eleito senador estadual, embora não tomasse posse). A

(27) - Em Estiva, dominava Pedro Mariano; Wagner, Major João de Souza; Camões, Major Cândido Leão, todos ligados ao chefe de Lençóis. Em Brotas do Macaúbas, Major João Arcanjo Ribeiro, gente dos Matos. A alteração do status político do Coronel, refletia-se no dos pequenos chefes locais.

sua influência era enorme, não só no seu município, mas também, entre os municípios vizinhos, onde contava com grande número de adeptos." (28)

No Grão Mogol deixara bens sob os cuidados de parentes e amigos. Em Lençóis torna-se dos mais ricos proprietários de garimpos e terras de lavoura. Eram seus os famosos garimpos do Barro Branco, como também os dos Mocós. Serras e rios lhe pertenciam.

Através do casamento liga-se a Família Botelho de Andrade, fortalecendo laços políticos, e criando vínculos econômicos. Ao morrer em 1897 deixa ao seu filho, Coronel César de Andrade Sá a direção dos negócios de família e a chefia política do município.

Vieram os Matos, também da Província de Minas, da região de Tijuco. Chegaram à Chapada Velha, e aí fixaram-se, em 1842, 1843, ocupando-se com a garimpagem de ouro e diamante, a lavoura e criação de gado, e a política local, guiados pelo chefe da Família, o Alferes José Pereira de Matos.

Horrendo o Alferes (não se sabe quando) assume a liderança interna da família e dos seus negócios o filho mais velho Clementino de Matos, que, no dizer de Walfredo de Moraes, "constituiu-se num pater-familias perfeito e acabado; (...) dotado de impressionante capacidade de persuasão e aglutinação é ele quem, geralmente, responde pelos seus nos períodos de tranquilidade, ou, nas épocas de conflitos, projetando-se, ademais, na comunidade - em que vive, como um dos honens necessários e sensatos dentro todos. Por tantas e tamanhas qualidades, pois, desfruta de conceito pleno, faz clientela numerosa no seio da família e fora dela, e é solicitado, vêzes não raras, para cargos de comando que lhe cranjeiam simpatias e antipatias." (29)

Com Clementino a Família Matos vai fortalecer seu poder e autoridade no distrito que lhe cabe por tradição, e adquirir status e prestígio entre os demais chefes da região.

(28) - Américo Oliveira - Montalvão - p. 18

(29) - W. Moraes, op. cit. p. 33, 34

Consolida-se a família como um grupo de poder. Através do casamento unem-se a famílias abastadas e tradicionais de áreas vizinhas. Casam-se com "senhoras de uma outra irmandade, filhas de uma família Queiroz, gente regularmente recursada, e muito briosa, de Assurua, região próxima a Brotas". (30)

De seu casamento, tem Clementino, de filho homem, apenas um, que não era considerado apto para o exercício da chefia doméstica, e do mando político na zona de influência da família, fazia-se problema a sucessão da liderança familiar. Por razões e critérios próprios, Clementino escolhe para suceder-lhe, Horácio, filho do seu irmão, Quintiliano de Matos, (31) que assume a liderança da família, segundo um significativo ritual de investidura: "chegando Horácio na Chapada Velha, salta na varanda do solar do chefe supremo de sua tribo, e entra porta adentro, até o quarto do tio. (...) Chegam os parentes. Os amigos. A sala, o corredor, o quarto se enchem de gente. O velho fala ao sobrinho... Faz um histórico, repassado de sentimentos, das lutas, das injustiças, das perseguições e das traições sofridas por ele, e pelos irmãos, e dos combates que foram forçados a enfrentar, quase sempre sem vontade de fazê-lo. Recorda Canuto, Inocência, e tantos outros parentes e amigos que morreram heroicamente, e, afinal entregando ao moço que está em seu lado, não em suas mãos, o bastão de

(30) - O. Barbosa - Horácio de Matos, Sua Vida e Suas Lutas p. 6

(31) - "Lá na Chapada Velha, terra natal de Horácio, de onde ele emigrara (Horácio fora para Morro do Chapéu), mas onde ia às vezes, em visita aos seus, seu tio Clementino de Matos, velho e doente estava no fim da vida e, em tristes conversas com seus parentes, externou-se apreensiva, porque dizia - estava às portas da morte e não via entre os seus um capaz de substituí-lo na chefia de família, que sempre fora vítima de tantas perseguições. E acrescentava que só em Horácio poderia confiar para isso não obstante ser o mesmo ainda relativamente muito jovem". O. Barbosa, op. cit. p. 8

uma tribo aguerrida como sempre soube ser a sua tribo, põe em relevo o Código de Honra, que sempre foi o seu melhor apanágio. (32) (por fim)... o velho acena para Horácio e lhe manda apanhar a palatória. O sobrinho obedece: Determina em seguida, que todos os demais sobrinhos, primos e afilhados formem um círculo em torno à cama onde repousa, e que o novo chefe da tribo aplique, em cada um deles, uma dúzia de bolos bem puxados, a fim de que passem a obedecê-lo daquela hora em diante." (33)

Tal cerimônia era expressão direta de modo de ser da antiga família patriarcal, organizada a partir de determinados princípios - família extensa, hierárquica, autoridade centrada no pater, solidariedade de parentesco, subordinação dos membros mais moços aos mais velhos, culto da família, de tradições, de honra que regulavam as relações entre os parentes, em suma, a vida familiar.

Assim, com base nesses princípios, cada membro do grupo doméstico deveria assumir o papel a ele correspondente, de conformidade com seu status na organização familiar, e bem desempenhá-lo, satisfazendo as expectativas do grupo.

(32) - As famílias regiam-se por certos princípios comuns a todo o grupo. Os da Família Istos estavam resumidos em um "Código de Honra", um conjunto de normas que deveriam pautar a ação e o funcionamento interno do grupo. Dizia o "Código":

"Não humilhar ninguém - mas também nunca se deixar humilhar;

Não roubar jamais, sejam quais forem as circunstâncias - nem permitir que alguém roube e fique impune;

Ser leal com amigos e parentes, protegendo-os sempre;

Ser leal com os inimigos, respeitando-os em tempo de paz e enfrentando-os em tempo de guerra;

Não provocar nem agredir - mas se for ofendido, colocar a honra acima de tudo, e reagir na melhor extensão da palavra, por que de nada adianta a vida sem dignidade". Citado por Walfredo Moraes - op. cit. p. 42.

(33) - W. Moraes - op. cit. pags. 47 e 48.

Ao chefe da família, como líder e responsável pelo grupo doméstico, cabiam deveres os mais diversos: esperava-se dele a iniciativa de fazer a guerra e firmar a paz; dar solução às questões internas da família; a defesa e proteção dos parentes e amigos. Como chefe político, a manutenção das posições políticas alcançadas; a resolução dos problemas dos seus "jurisdicionados", a arbitragem nas querelas locais, a aplicação da Justiça, etc. Ao chefe, deviam seus parentes, amigos e subordinados, lealdade, obediência, respeito. (2/)

O mando familiar implicava em múltiplas atribuições, em exigências a ser satisfeitas. Mantinha-se a unidade, a coesão do grupo, na medida em que, cada um dos seus membros, desempenhasse bem o seu papel.

O respeito ao chefe da família, a obediência às suas determinações era o que se esperava dos membros da família e de sua clientela, mesmo que tais determinações fossem de encontro aos interesses das pessoas envolvidas na questão. Como exemplo dessa situação, um trecho da carta seguinte é bem significativo: "Estou de acordo com suas ponderações, dizia o Major José de Mattos ao irmão Horácio, não desejo nem quero lutas, entretanto estou sofrendo dos Borges e seus amigos maiores perseguições e violências.

(...) Ainda não reagi por sua causa. (...) Sou seu irmão, por cujo motivo tenho sido sofrendor paciente. (...) Por lhe atender tenho recebido desmoralização por todos os motivos, mesmo os mais simples."

Por outro lado, esperava-se do chefe da família que tomasse as decisões, que dissessem respeito ao grupo como um todo,

(2/) - O respeito e obediência da família ao chefe era tributo exigido não só aos membros mais jovens, como também aos mais idosos. Isso está demonstrado de modo claro, na correspondência trocada entre o Coronel Horácio e seus parentes. Um seu tio, por exemplo, escrevendo-lhe uma longa carta pedindo-lhe proteção, conclui com a expressão: "Do seu tio respeito."

ou a cada um dos seus membros em particular. Era seu dever protegê-los, ajudá-los, ir em seu socorro quando atacados, ou em perigo. Henrique de Macedo Matos, em dificuldades com um inimigo pessoal, acolhido por um Coronel da região, escreve ao Coronel Horácio de Matos, pedindo-lhe "... como parente e amigo para ver se dá algum jeito no sentido de me tranquilizar".

A família faz-se tão importante no sistema estabelecido que o indivíduo só a partir dela adquire status e representatividade na comunidade. A coesão e solidariedade entre seus membros é profunda. Attingido um deles, todos os outros se mobilizam em sua causa, buscando o agressor, procurando castigá-lo, e desse modo restaurar o equilíbrio interno abalado. Castigo que não ficava restrito ao culpado, mas estendido a todas as outras pessoas que faziam parte da família do agressor. (35) As lutas de família vão funcionar, nesse contexto, como mecanismo de reforço da solidariedade parental, e instrumento restaurador da segurança e proteção oferecidas pela família a seus membros.

Tempos depois de haver assumido a chefia da família, o

(35) - Um documento encontrado no arquivo do Coronel Horácio de Matos refere-se a essa "lei" interna do grupo familiar. É uma carta de Manoel Quintana ao Coronel Horácio (datada de 6 de maio de 1929), na qual escreve: "Hoje pela manhã, o General Aguiar (é o General Alberto Cardoso de Aguiar, Comandante da Região Militar) Escreveu-me uma carta, pedindo minha intervenção junto a V. em favor do velho João Pereira e dos irmãos de Florêncio para que todos eles sejam garantidos e respeitados. (...) Se o Sr. Florêncio procedeu mal, seja ele o único punido, mas é injusto que os membros de sua família sofram as consequências do ato criminoso e irrefletido que cometeu."

Também José de Matos, escreve ao irmão, queixando-se das perseguições e violências de que tem sido vítima, atribui o fato à sua condição de irmão do Coronel Horácio. (carta de 01 de abril de 1922).

Chefe Horácio de Matos vê-se exigido pelos seus a organizar uma "vendetta", uma vingança pelo assassinato de seu irmão Vitor. Para vingá-lo, a família inicia uma "guerra" sem tréguas contra um Coronel, chefe político de município próximo, considerado co-responsável no assassinato, já que ao dar abrigo ao criminoso (parece seu), homiziando-o em suas terras, e depois, negando-se a entregá-lo à Justiça, estava a declarar seu comprometimento com o acusado. (35)

A "Família" do Coronel compreendia os seus parentes e não parentes, todos que a ele estivessem vinculados, pelos laços

(35) - Quando da morte do irmão Vitor, o Coronel Horácio não reage como esperavam os parentes. Todos aguardam a sua decisão de vingar o morto. Inclusive os culpados: "(...) Os inimigos dos Matos, conhecendo a pertinácia da família - que não deixaria de vingar a morte de Vitor, tramaram de antemão o seu extermínio." - Américo Chagas - O Chefe Horácio de Matos - p. 34 A família pressiona-o para que aja segundo o costume. Os amigos lhe escrevem incitando-o para a luta. Diz um deles: "Tenho estado com o juízo e o espírito afrigidado e em colizão devido ao fato que se deu aqui com seu irmão, nosso amigo Vitor, conforme já deve saber, estando os habitantes deste lugar assombredíssimos - com tanto horror e infelicidades... Mas abaixo de Deus - confio em vossa pessoa como homem verdadeiro e pensador."

De outra feita, sendo assassinado, um primo do Coronel Hil, filho da "velha" Cassemira Matos, a mãe, conta a tradição, reuniu a família, e avisou que só voltaria a se alimentar quando lhe trouxessem a orelha do assassino de seu filho. O criminoso estava homiziado em terras do Coronel Douca Medrado, mesmo assim, uma verdadeira caçada humana é organizada, conseguindo os Matos agarrar o criminoso, matá-lo, trazendo sua orelha para a velha Cassemira, que dizem ter exclamado: "Agora sim, já posso comer, meu filho foi vingado."

de sangue, de amizade, de parentesco espiritual (os compadres, por exemplo) os que dependessem de si para sobreviver, da sua proteção, dos seus emprêgos, garantidos pela posse (quase que) exclusiva da terra, e pelo controle das posições políticas do município.

Característica da família patriarcal, a "parentela" aranjava-se em torno ao núcleo principal, prestando-lhe serviços, apoiando suas ações, funcionando como seus canais de informação, ou seja, passando ao chefe do grupo, ou a seus parentes próximos, notícias sobre acontecimentos locais, questões de interesse da família; em suma, mantinham o Coronel, e família bem informados. Um telegrama ao Coronel H. H. dá conta do bom desempenho dessa tarefa: "Depois seguras pesquisas transmito-lhe minha opinião. Informando Vitorio título garimpar mantém aqui Barranco e garimpo Onça cerca cem homens. Manoel Silva, Leôncio Lima seguiram Bahia missão reservada todos poderes constituídos relação justiça exceção Promotor atitude hostil parecendo precipitar acontecimentos obedecem plano. (...) Outro relata: "Tive carta de meu filho em Jequié, comunicando estar ali Tiberio, genro Fabricio (37) que mandou recado por brotense negociante fumo para Pedro Meriano dizendo seguia quarenta deste com camaradas entrar Lençóis sem dúvida". Uma carta continha: "Por aqui, felizmente, nestes últimos dias tem se passado sem os fuchicos. estão calmos não sei se devido a presença do Juiz que, creio a pedido do pessoal, ainda se acha entre nós, o qual pretende se retirar no dia 16 deste. O que for se dando, lhe comunicarei para seu governo..." Um outro escreve-lhe: "Tenho a comunicar-lhe que estando eu aqui com o nosso amigo Coronel Brazilino e passando um vapor de cima, vindo do norte, um soldado do destacamento do Rio Branco nos disse ter o Chefe de Polícia passado um telegrama, para seguir 5 soldados do dito destacamento para Fundação de Brotas, isto com urgência; então tomou

(37) - Manoel Fabricio era o antigo chefe do município de Campestre, inimigo do Coronel Horácio de Matos, e por êle afastado dos seus domínios segundo os termos do "Convênio de Lençóis".

ca a medida de avisá-lo para o Amigo tomar as providências que exigir o caso; parece que o caso é sério, os soldados lá ficarão despatchados pelo comandante do destacamento, tanto que por estes poucos dias devem estarem lá. De que vosmecê resolver nos faça ciente. aguardo sua resposta..." (28)

(28) - Outros dois telegramas passados por Manoel Alcântara, amigo próximo do Cel. III, põem-no a par de planos de assassinato e tomada de Lençóis por seus inimigos: "Acabo ser informado pessoa inteira confiança existir plano seu assassinato. Procure cercar-se gente nossa ter toda precaução..." (16/5/520) "Cesar Sá está preparando revolução Lençóis(...) Dr. Seabra diz poder você empregar todos os meios repelir toda tentativa perturbação da ordem (...) Acabo ser informado Tenente Cláudio não merece confiança. Antes de seguir para aí teve várias conferências César Sá." (5/8/520)

De um seu compadre, morador em Brotas de Macaúbas, o Coronel H.M. recebe longa carta, com notícias locais:

"Você já deve ter sabido que o Leô matou o compadre Lucídio desfechando contra este 5 tiros de pistola... Consta que Pilão Arcado está em fogo, não sei se será exato".

(2/5/518) Uma carta de amigo residente em Lençóis, aconselha-o: "Seja cauteloso, prudente e refletido como tem sido que os acontecimentos sempre há de lhe proporcionar a vitória. Em Campestre se está fazendo um forte, chegaram amigos do Militão (chefe de Barra do Mendes, inimigo de -- (III), mas o Amigo Eusébio está ciente." (carta sem data).

De um parente chega aviso de que "... por aí parece notícia não certa Militão e Manoel Fabricio estão se prevenindo para novo combate..." (18/3/517)

Uma pessoa ligada, muito próxima, ao Coronel HM envia-lhe a seguinte mensagem: "Como sabe, também não sou homem das primeiras informações, por isto merece toda fé o que vou narrar. É com a máxima certeza que o Vitoriano da Mata tem recebido armas e munições, tendo também cento e tantos homens no seu garimpo da Onça..." (2/1/522)

Até mesmo os padres participam da política local, formando ao lado dos Coronéis. Do Padre Carrilho, vigário de Brotas de Macaúbas recebe o Cel. HM carta. Diz ele: "Ha 03 dias recebi carta de Antonio Carrilho e de Dr. Lossa ambos mandando dizer que o Dr. Cova (era o Chefe de Policia) ainda tenta montar Militão no Jordão, dividindo para isso o municipio. O Governador garantiu ao Antonio não fazer isso, Contudo, o Lossa aconselha o povo de Jordão fazer um abaixo assinado dirigido ao Governador lhe apresentando como Chefe. (...) Se apresente, nos dias de missa para ir tomando algumas assinaturas. (...)"

As relações entre o Coronel e sua parentela eram relações de reciprocidade, ou como dizia, um amigo da Família Matos, "uma mão lava a outra, e ambas o rosto". As relações de obrigação, de solidariedade e lealdade, de apoio político têm esse caráter de mutualidade: as pessoas envolvidas davam e recebiam: davam apoio, eram solidárias e leais ao chefe, em troca recebiam segurança, proteção, atenção aos seus pedidos.

Confiante nesse sistema, um agregado escrevia ao Coronel III pedindo-lhe "... proteção por causa de assassinato ocorridos por João Dosco "bem assassinados" a mando do Major Pedro de Souza Santos e Cap. João Pedro de Souza Santos. "Ainda sobre proteção escrevia-lhe um morador do Jordão: "Tem a presente por fim pedir-lhe o obséquio de proteger o portador desta..." Até mesmo um Juiz de Maracás escreve ao Coronel pedindo pelo filho, Bacharel, que sofre perseguições: "Peço-lhe que o tenha sob os seus cuidados, garantindo-o e assegurando-o. Como sabe eu sou um velho amigo de sua família. Confiado nessas relações de muitos e muitos anos, que nasceu em Macaúbas, espero que o meu amigo fará por meu filho o que faria seu pai. Entrego meu filho aos seus cuidados."

Um amigo da família Matos estando fora das Lavras telegrafa ao Coronel III, informando-o ter recebido carta de uma irmã, chamando-o a Lençóis; impossibilitado de atender ao chamado, confiava "no prezado amigo (que com) seu valioso prestígio resolverá questões inventário sem minha presença".

Um, de Jacareací, diz: "Fará prezado amigo grande favor telegrafando Rio Pardo, pedindo liberdade Angelo Teixeira vítima suspeita crime".

As nomeações são assunto de vasta correspondência entre o Coronel e seus "jurisdicionados". Os pedidos de colocação para os cargos públicos eram feitos, necessariamente, através do Coronel, chefe político, que os utilizava como instrumento hábil para o controle político-eleitoral do seu município. Juizes, promotores, delegados, telegrafistas, todos os aspirantes a um cargo público, ou a transferência de um local para outro, procuravam, ou tinham o Coronel como mediador de suas solicitações. José de Matos pede ao irmão III "tomar vivo interesse a fim obter as nomea-

ções que lhe telegrafei ontem, para suplentes juiz direito". Um promotor exonerado em Macaúbas: "Acabo ser exonerado ppromotoria Macaúbas para satisfação chefe local. Já protestei ato alegando Governo." Um Juiz Municipal: "Chegou meu conhecimento Juiz Philemon amigos deste trabalham volta sede Comarca Dr. Seabra, peço nome amigo interceder seu alto prestígio junto Governador conservação como está, visto Intendente Silvino mais amigos Cocho Pega estiveram satisfeitos minha pessoa cargo Juiz Municipal, podendo amigo pedir informações mesmos.guardo resposta..." De um ex chefe político"... estando fora política, peço amigo telegrafar Ministro Miguel Calmon pedindo nomeação meu filho Ezequiel Burgos lugar auxiliar estações servir em Bahia ou Cachoeira...". - Ainda um juiz: "Juiz Direito Lençóis vago. Tenho desejo ser renvidado Lençóis invoco velha amizade meu amigo para telegrafar Seabra pedindo minha renção."

Até mesmo cobranças de dívidas atrasadas eram feitas através do Coronel. Comerciantes da Bahia apelavam para o Coronel, como seu último recurso junto aos devedores omisso. Uma firma escrevia ao Coronel III, encarregando-o de fazer uma cobrança; dizia-lhe: "He dirijo hoje ao meu amigo num assunto o qual só o senhor pode resolver, pois, trata-se de um freguês meu que me quer dar um grande prejuízo, alegando sempre roubos colossais que sofreu, quando sabemos que não foi tanto. Como não é justo que me sujeite ao pouco escrupulo e à má vontade de meu freguês, recorro a sua pessoa para me livrar desse prejuízo". Uma drogaria da Bahia: "Sem obsequio algum a que devamos resposta, vimos confirmar o pedido feito ao amigo pelo n/representante, Sr. Silvino Franco, no sentido do amigo nos auxiliar no recebimento da conta do nosso devedor remisso Jorge João Karaoglan". Um comerciante de Palmeiras queria resolver sem brigas a conta de um dado Coronel e avisava a III: "... não sei se ainda será preciso valer do seu valioso prestígio. Caso não queira pagar-me as contas amigavelmente não posso deixar de novamente ocupar-lhe. Atenção e obrigado".

Uma outra firma bahiana faz uma longa carta ao Coronel

H.M: "Com o presente, permitimo-nos a liberdade de passar as mãos de V.S., a conta inclusa, no importe de Rs. 24:400\$400, de que nos é devedor o Sr....., que foi negociante em Estiva de Lençóis. (...) O Sr..... se recusa a cumprir a sua palavra, pelo que tomamos a deliberação de nos dirigir a V.S., como a única pessoa capaz de, pelo seu reconhecido prestígio e benéfica influência, promover a liquidação desse negócio, amparando com o seu valor moral, os nossos direitos, que estamos certos V.S., não consentirá sejam cabulhados por um devedor, que não quer nos pagar, alegando ter sido roubado na revolução. Conhecedor como é V. S. de longa zona que em boa hora, fôra confiada a sua criteriosa jurisdição, único portanto em condições de poder agir com a precisa imparcialidade e a devida justiça, que caracterizam o nome de V. S., esperamos que V.S. não se negará a nos prestar o obséquio que lhe pedimos."

Fazer "Justiça", harmonizar interesses, resolver questões de família estavam entre as obrigações do líder de grupo familiar para com seus subordinados. Diziam em uma carta (ao Coronel HM): "... esperamos a justiça para tranquilidade de Paramirim, assim como todas intervenções dos nossos amigos Hatos de acordo Justiça em combinação com o oficial e todos nós". De Lagoa do Boi (povoado da Chapada Diamantina) escreviam-lhe: "... Lanço não à pena para dar-lhe os meus sinceros parabéns por seres vosmecê único e esperança de nossa família desunida e desgostada pelo bandido Manuel Fabrício de Oliveira; rogo a um Deus Onipotente que consagre sempre a sua elevada inteligência para o amparo da pobreza e paz da zona sertaneja. Rogo ao Altíssimo executar com a lei neste desmembrado município os que forem marocedores e com especialidade o desventuroso chefe Manuel Fabrício de Oliveira por ser ele o único assassino, que assassinou a nossa família como todos sabem. Outro assunto, já sei bem lhe informar com a verdade que o Sr. João Pedro de Souza Santos está "entrevido" na questão da Estiva. O Senhor faça justiça".

Essas relações entre o Coronel e seus "satélites" (individuos ligados a família principal, por laços de parentesco espiritual ou de amizade, e que compunham o "estado-maior" do Coronel) são expressivas de manifestações de obediência, respeito e

acitação, sem contestação da autoridade do Chefe.

Um deputado, à caminho da Câmara Estadual escreve ao Coronel HM (fôra por êle eleito) apresentando suas despedidas, e pedindo-lhe "as suas ordens para a Capital, com a declaração sincera de que muito será grato executá-las com diligência e fidelidade...". Um outro deputado diz-lhe: "Pelas providências que tenho dado, as suas ordens, conforme cartas e telegramas anteriores em seu poder, têm sido rigorosamente cumpridas, n'uma afirmação solene do meu apreço e consideração ao meu amigo. (...)".

A diretoria de um diretório local envia um portador ao Coronel HM que vai até êle "... única e exclusivamente entender-se com V.Sa., como já dissemos o único mediador da paz e da ordem aqui, vimos rogar-lhe a vossa intervenção no assunto..."

O Chefe de Santa Maria do Ouro pede ao Coronel HM passar em Remédios "... para ali por tudo nos eixos e levar de vista o que se tem passado afim de como autoridade superior, ordenar a seus inferiores, as leis de conduta que o seu espírito esclarecido lhe sugerir. Não se esqueça de sair por Remédios para apurar as responsabilidades e ordenar o que achar conveniente."

O Chefe político, conforme dizia o Coronel HM, em comunicado dirigido a "seus parentes, amigos e correligionários e ao público em geral", "que aceitou sobre os hombros a carga da colaboração na direcção de vários municípios e, portanto de auxilio político a numerosos amigos, (...)" (39) estava sempre a ser solicitado para resolver divergências políticas e pessoais entre os chefes menores que sob sua protecção e orientação dirigiam municípios, vilas, cidades.

Por esse motivo o Coronel HM sai em excursão pela serra, uma longa excursão d(de outubro de 1921 a janeiro de 1923), arbitrando as questões surgidas, pacificando, resolvendo divergências, entre "de um lado amigos e de outro parentes e amigos , destes a quem não se pode desagradar e a quem, pelas pretensões - não se pode atender. (...) Com a minha chegada as disposições to-

(39) - Notícias de Uma Excursão p. 3

pararam outro rumo. (...) Ponderei a necessidade de harmonia entre ambas as partes, acentuando a dificuldade invencível, em que eu estava, de me decidir por um dos dois, visto que, si um era meu irmão e contra o qual eu não devia definir-me, o outro era o amigo que eu houvera indicado para um posto importante. (...) Custei muito a chegar a um resultado satisfatório, que afinal obtive, não com contentamento íntimo das partes disputantes, mas ao menos com satisfação manifesta dellas." (40)

Por outro lado, num tempo em que as eleições se faziam a bico de pena, e, o municipio era a base de sustentação politica do Coronel, os chefes menores, distribuídos estrategicamente, pelas vilas e cidades da sua zona de influência, dedicavam-se a zelar pelos interesses do chefe maior no processo eleitoral. Da vila de Guaracy avisam ao Coronel H.M.: "... junto a esta uma lista dando o resultado da Eleição de aqui que o meu bom amigo poderá verificar e ver que eu mais ou menos fiz de acordo suas instruções, acho que vosmecê não terá que dizer porquanto eu tratei de zelar seus interesses; qualquer hora lhe remeto as atas da eleição". De Wagner (municipio de Chapada Diamantina), um amigo dizia-lhe: "Recobí sua prezada carta e fiz o que me ordenou sobre a eleição...". Entretanto, por vezes, o esquema montado, por descuido ou traição, falhava, e aí era o Coronel quem escrevia, referindo-se "... e perds de eleição de parentes, e a falta do tio Cleantino e minha entre vocs..."

Na periferia do grupo familiar estava a massa de trabalhadores, subordinada e dependente, que empunhava a enxada, o título, ou o fuzil a depender das necessidades do Coronel.

A posse da terra tem como uma de suas principais consequências, o dominio do patrão sobre grande numero de individuos,

(40) - H.Hatos, op. cit. p. 5/8 - A ata do acordo vai transcrita no anexo nº 12. Ainda sobre acordos, um correligionário - de Brotas escrevia ao Cel. H.M, informando-o terem "entra do num acordo (sobre o uso de uma lagoa), cuja copia vai vos ser remetida, assinada pelos reclamantes."

a possibilidade de rapidamente mobilizar centenas de homens para a luta, para garantir e defender suas posições políticas (dêle, chefe local).

Os membros da família Matos, quase todos, eram proprietários de terras e de garimpos. (41)

Das suas propriedades podiam levantar nos tempos de lutas, 200 a 500 homens em armas, e com provisões, conforme carta da Capitão José Pinheiro ao Coronel HM (data de 1917) em que diz "(...) e eu já disse ao Governo que junto a si tenho grande influência e V. dispõe de elementos, e se êlo quiser e der os elementos necessários para transportes, V. é bem capaz de em poucos dias dar conta de uns 500 a 800 homens e dirigí-los como qualquer general de campanha. (...)"

Numa disputa local em que se tenta o assassinato do Coronel Manoel Alcântara, Intendente de Lençóis, e amigo chegado do Coronel HM, sua primeira providência é ordenar a um camarada: "... arrebanhar o máximo de homens nossos que estiver pela cidade. Manda também agora "positivos" ao Barro Branco (onde tinha garimpos), e aos Campos de São José (onde estavam as fazendas), buscar os que estiverem por lá. Não deixes ninguém subir à serra da hoje até amanhã, pois eu creio que vamos ter serviço duro."(42)

A massa de trabalhadores estava tão ligada ao Coronel que o individuo até mesmo, perdia sua identidade. Não era fulano de tal, sicreno ou beltrano, mas algo que se usava, se dispunha, conforme as necessidades do momento. Era gente do Coronel X ou Y era um "Marcolino de Cesar" (do Coronel Cesar Sá), etc. O seu sobrenome costumava ser o nome do Coronel a quem servia.

E prestavam tais serviços, com a enxada, o fuzil, ou o título, a troca do direito de trabalhar na terra do Coronel, de garantir o mínimo necessário à sobrevivência.

(41) - Possuiam garimpos na Chapada Velha, muitas fazendas esparlhadas pelo sertão, de onde podiam levantar, em tempo mínimo, centenas de homens.

(42) - Citado por W. Moraes, op. cit. p. 126

Isolado no campo, sem uma interação direta com o sistema global, o trabalhador, e por extensão todos aqueles que viviam na área de influência de um dado chefe político, contavam com ele, o Patrão, como único intermediário para ligá-los ao "mundo de fora". Analfabetos e sem recursos, desconhecendo o mundo exterior (e capital do Estado, outros municípios mais desenvolvidos, de maior população), limitados pelos próprios acidentes físicos da região, de difícil acesso, o homem das Lavras permanecia preso entre os limites das serras do Sincorá, da Aroeira, do Veneno, e muitas outras, delegando ao Patrão a tarefa de servir de mediador entre sua pessoa e o mundo de fora, de definir e conformar sua visão de mundo. Em suma, permitia ao Coronel acentuar e preservar os vínculos de sujeição que se formavam entre ele, trabalhador e o seu patrão, chefe político local.

3.2

Nun outro plano, desenvolviam-se as relações entre os chefes políticos, as famílias principais, os "maiores".

Relações políticas, de ordem econômica de amizade e inimizade. Relações, em geral, herdadas, transmitidas entre (e com) os bens da herança familiar, e sobre as quais se fundariam as ações dos Coronéis, as alianças, os pactos, as agressões.

Quando o Coronel Horácio de Mattos assume a chefia da família herda do tio Clementino suas amizades e inimizades. Inimigos tradicionais eram o Coronel Militão, de Serra do Mendes, os Sás, de Lençóis, os Fabricio de Oliveira, do Campestre (que por serem amigos dos Sás, tornam-se inimigos dos Mattos); entre os amigos contavam-se, os Paula Ribeiro, do Cochô do Malheiro, o Coronel Aureliano Gondim, de Andaraí (inimizando-se com os Sás, passa a ser amigo dos Mattos, inclusive compadre do Coronel H.H.), o Chefe Lídio Belo, de Palmeiras.

Com base nos amizades e inimizades de família, pediam-se favores, trocavam-se gentilezas. Do mesmo modo guerreavam-se.

Um amigo de uma amizade do Coronel H.H., vale-se dessa amizade para pedir-lhe um favor junto ao Coronel. Diz: "Eu não conheço pessoalmente o Coronel Horácio, porém conheci toda a família, e o pai dele foi um amigo que deixei na Chapada Velha em 1888, quando lá estive...".

Dráulio Xavier, o desembargador, telegrafia ao Coronel H.H.: "Um amigo Cecílio me pede para pedir-lhe que não intervenha questão Cesar Pinheiro com Augusto Fagundes do Bonito. Muito lhe agradecerei pedido atender."

O Coronel Aurélio Gondim, compadre e amigo do Coronel H.H. telegrafava-lhe "Antero preto, conhecido de Moysés Oliveira" fez roubo aqui. Prendendo manda com família para desenvolver".

O Coronel Abílio Molney, de Barreiras pede ajuda ao Coronel H.H. através telegrama: "Fui novamente arrestado luta Eduardo Goyaz. Peço valioso apoio bravo general sertanejo". Um favor de natureza política é solicitado pelo Juiz de Direito de Pilão Arcado ao Coronel Horácio de Matos, telegrafando-lhe no sentido de "Lembrar prezado amigo preenchimento vage deputado aberta recentemente nome seu dedicado amigo Coronel Franklin. Sei que o amigo com seu prestígio incontestável poderá influir partido cortesia absoluta". O chefe de Santana dos Brejos envia carta ao Coronel H.H. "para solicitar o seu apoio em um negócio político para mim de grande importância. É da candidatura do meu sobrinho Dr. Francisco Flores. Confiante no seu grande prestígio político peço..."

O Chefe de Guanaby, Coronel Deocléciano Teixeira solicitava ao Coronel H.H. intervir junto ao Governo evitando uma "imprudente nomeação, (pois) Dalbino Regional Guanaby é atirar fogo a fogueira."

Os Coroneis trocavam entre si informações visando a sua segurança pessoal e estabilidade de sua chefia política. Diz o Cel. Aureliano Gondim ao Cel. H.H.: "Aristides Barbosa e meu chamado está aqui não ache boa situação Lençóis tome providências". Ou então, "... cuidado com os amigos nossos que só são ^{coy} especulação eu disso já tenho experimentado o trave amargo é bom que se mire

em seu espelho. Consta por aqui que o Vitório subiu o S. Francisco com grande material de guerra para aliciar jagunços..."

Esforçavam-se por manter relações cordiais procurando desfazer qualquer dúvida ou desconfiança que pudesse turvar as relações de amizade. Ainda, o Coronel Aurélio escrevendo ao Coronel MM: "Tive grande satisfação de saber suas notícias e com serenidade li as ações benéficas que tem empregado dentro da esfera por onde tem andado. (...) Muito me desvaneco o seu interesse pela eleição do meu grande amigo Arlindo Leoni... Excusado dizer-lhe que aqui como ali, como acola, sempre às suas ordens".

E diminuindo rumores de ambição do Cel. Aurélio pelos domínios do Coronel MM um amigo comum escreve ao último, desfazendo os boatos e preservando as boas relações que uniam os dois chefes. Diz ele: "Posso-lhe assegurar que ele (Aurélio Gondim) é amigo completo e integral firme... Quando você sair não esqueça de mandar uma carta ao Aurélio despedindo-se dele. É necessário que V. corresponda a boa vontade que ele tem para com você. Para isso você deve constantemente escrever a ele comunicando o curso das coisas. Os homens bons e de prestígio devem manter entre si harmonia a fim de que as suas boas intenções dêem resultados satisfatórios. "O próprio Aurélio faz questão de esclarecer seu desinteresse pelas posições do amigo Horácio, escrevendo-lhe: "A V. digo com máxima franqueza nenhuma intervenção quero ter negócios internos Lençóis. Quero apenas que Lençóis volte sua vida normal ficando tranqüila toda população, isto dependendo exclusivamente de você, em cuja sinceridade sempre confiei e continuo a confiar. Mandê dizer urgente ao seu velho amigo o que é preciso fazer para isto. Espero sua resposta para meu governo."

Na ordem vigente, havíamos dito parágrafo atrás, o indivíduo diluía-se no grupo familiar; quase que perdia sua identidade, para assumir a de componente, de membro de uma dada família. Dizíamos que o crime, por exemplo, imputava-se não apenas ao criminoso. Responsabilizava-se a ele e também aos que lhe estavam ligados por laços de família.

Com relação às amizades coisa semelhante se passava. As pessoas ligadas a um chefe político mantinham relações de amizade

do e inimizado paralelamente ao do seu chefe: eram amigos dos amigos do chefe, e inimigos dos seus inimigos.

Um irmão do Cel. Horácio escrevia-lhe dizendo estar sofrendo e sendo perseguido pelo fato de ser seu irmão. Comerciantes de Lençóis fazem um abaixo-assinado ao Cel. Horácio, apelando-lhe para que permaneça mais algum tempo na cidade visto que "(...) Tendo sido solidários com V. Exa. no movimento político que se operou nesta cidade, nós nos sintamos sem garantias e sujeitos às agressões e violências dos adversários políticos de V. Exa., que hoje são nossos também pelo simples fato de termos ficado ao lado de V. Exa."

As inimizadas eram comuns e os esforços para combatê-las, muitas vezes tornavam-se únicos. Um amigo do Cel. III escreve-lhe uma longa carta: "O portador desta é uma das vítimas em Pilão Arcado da quadrilha Militão - Franklin. Ele lhe contará o malogro de um plano nosso que muito teria concorrido para a terminação da infelicidade que reina nos sertões. (...) Tenho sempre estado na briga batendo-me a favor dos nossos interesses. Assim é que com esforços arranjei a demissão de Castello Branco e a nomeação de Landulpho para a pacificação dessa zona. (...) Com a probabilíssima vinda de meu bom amigo Dr. Seabra para governar nosso Estado, se modificará a situação do mentiroso e perverso César Sá, o que será de enorme proveito para a paz dos nossos sertões. O Muniz me promete agir em Pilão Arcado na volta da força de lá, mas eu só tenho esperanças no que pessoalmente puder fazer e no apoio dos meus amigos, isto por agora".

Um outro, escrevia ao Cel. III, queixando-se de estar "... contrariado pelo motivo dos meus amigos ainda não gozarem sossego de espírito. Olhe tenho trabalhado junto ao Governador e ao chefe municipal empregando todos os meios a favor seu e dos nossos amigos. Tenho sido muitas promessas, mas até hoje não obtive o resultado. Enquanto eu puder atrapalhar o bicho a fim dele não ter força oficial. Quanto ao resto Você dá conta, sabe que sou um amigo leal e nunca serei traidor dos meus amigos, como foi Adriano a mim e a vocês. (...) Só irei aí meu Horácio quando

tiver ordem expressa, e nós reunidos arrasar com as fortalezas de Militão e depois disto feito pegarmos aquele desgraçado vivo botar gaz e tocar fogo, pois é o que aquele tipo repugnante merece, junto com César Sá. (...) Seria eu vitorioso em levar ao meu amigo força suficiente para extinguir por completo a família de Coelho (alunão a Militão Rodrigues Coelho, chefe de Barra do Mendes e inimigo dos Matos), rato, sanguê, raposa, finalmente liquidava-se os amigos do alheio."

Cada Coronel possuía poderes e direitos absolutos sobre seus domínios. Considerava-os parte do seu patrimônio. A noção de coisa pública, nesse contexto, inexistia. O que tinha existência era o sentido do particular, do privado. Os coronéis falavam do "seu" município, "sua" gente, como falavam das suas terras e do seu gado. O senso de propriedade privada era bem acentuado. Costumava-se respeitar, pelo menos, entre amigos, esses direitos adquiridos. Um deles, de fundamental importância, era o do honrário. Ao conceder asilo a um perseguido, o Coronel estava se valendo de um seu direito e exigia que o respeitassem; o desrespeito a tal direito, e a invasão do município de Macugê, em caça ao assassino de um seu primo vão custar ao Cel HM, senão a inimizade, pelo menos, a má vontade do Coronel Douca em relação aos seus negócios e à sua pessoa. (12)

Quanto aos inimigos era preciso estar sempre vigilante. A paz armada era situação rotineira nas Lavras. Os Coronéis "tentam atropalhar o bicho a fim dele não ter força oficial", "estar sempre na briga"; "avisar para que o amigo fique de sobreaviso ou melhor tome suas providências"; "na minha opinião V. deve escrever ao Conpadre Ezequiel para se prevenir. Deve escrever também aos amigos de Brotas. É preciso dar um exemplo longo a esta gente, agindo contra elas com toda energia a fim de acabar de uma vez por todas com estas ameaças." A guerra em surdina, um dia estala em luta aberta, cujo objetivo é a destruição total do

(12) - O Coronel Douca leva anos para permitir o casamento de sua filha Augusta, com o Cel. H. H.

inimigo. É difícil a neutralidade. (44) Os chefes políticos da Chapada, de um modo ou de outro acabam envolvidos, fornecendo armas, munição, homens, apoio político (favores do governo), quando não participando diretamente dos combates, ao lado do amigo em guerra.

Durante uma dessas lutas, o chefe do Lapão manda pedir ao Cel. HM: "... para nos mandar 4 mauser com munição para manulicha, por aqui não se encontra em lugar nenhum. (...) pedidos não nos faltar com as armas e munições"; e informa sobre os resultados da batalha: os mosquitos (jaguços do Coronel Sá) aqui tiveram muitos prejuízos, no nosso pessoal só três feridos, porém salvos."

De Andaraí, dizia o Coronel Aurélio: "Cheguei aqui anteontem siga Horacio ordens dele vou começar deitar mosquito para fora daqui". Em Itacubas, José Matos apelava para o irmão: - "... mende-me duas repetições todas novas pois Ponde pode atacar Barro Vermelho."

Em 1918, estando o Coronel HM preparando-se para a guerra pede ajuda ao irmão José, que lhe responde: "Recebi sua carta vi tudo quanto ela me disse; quanto a munição aqui está um pouco difícil, mas consegui 80 balas de comblen e 12000, e 100 mauser e 700 réis e assim mesmo não se pode comprar; eu fui a Bahia mas não comprei por causa do Governo proibir por causa da revolução que estava nesta ocasião." De um amigo de povoado de Pé de Serra: "Neste momento acabo de ler a carta que recebi de V.S. a qual respondo; desde o dia que recebi a primeira tratei -

(44) - Até mesmo os padres faziam política aliando-se a uma família, a um Coronel, quando não ocupando o próprio posto de chefe político. Em Itacubas, a família Leão dominava o município, e seu chefe era um padre, Monsenhor Hermelino Leão. Pe. Carrilho, de Brotas de Itacubas, era parcialidade dos Matos e trabalhava pela causa dos amigos. A nota 39 transcreve o texto de uma carta sua ao Cel. H.M. tratando de questões da política local.

do tomar providência, e só já não fiz visita ao João Pedro por causa da munição. Mandei ver a do Milagro, já tinha seguido para Tiririca, e estou disposto com muita gente mais falta a munição para eu dar começo. Em quanto a lista não posso remeter os nomes agora, remeto o número de 131 homens em armas, espero o mais breve possível a munição e começarei então a luta".

Do aliado mais próximo, Coronel Aurelio Gondia, recebia Horácio de Matos notícia de que: "Armas melhores possuem poder nosso amigo Lídio (chefe de Palmeiras). Munição existia praça Andaraí toda comprada Marques mais amigos seus Lençóis. Tenho insignificante quantia suas ordens...".

O recrutamento de homens para as lutas se fazia entre os próprios trabalhadores do Coronel, e, sendo necessário, entre os seus amigos, também chefes políticos.

Nas lutas do Cocho do Malheiro (fevereiro e março de 1895) o Coronel Felisberto apelava para os amigos de longe e deles recebia auxílio em homens, armas e munições. Juca de Carvalho, de Andaraí, mandou-lhe um reforço de 100 homens, comandados por Aureliano de Brito Gondim, o célebre Aurelio da Passagem. De Lençóis, de Andaraí, de Santo Antonio e de Cravada, mais de 500 homens foram acampar na Estiva para se juntar aos de Pedro Mariano. Por toda parte matavam o gado que encontravam, indistintamente, de amigos ou de inimigos. A ordem era fazer a guerra à custa dos inimigos, mas os amigos também deviam auxiliar a expedição. Os neutros sofriam sem reclamar". (45)

O Coronel HM escrevia aos seus parentes na Chapada Velha: "É preciso que eu saiba da atitude dos meus amigos daí, o também se torna preciso que desapareça esse pavor que por aí reina, feito pela propaganda dos inimigos. A justiça da causa, a razão das coisas e a mão de Deus, bastam para nos dar coragem. Nesta luta quem sair mal será o esmorecido. Reunam a honra da família, o medo da derrota, e, com a fé no futuro, façam levantar os nossos brios de sertanejos livres. Eu estou decidido, como es

(45) - Américo Chagas - Montalvão p. 43

ção os meus amigos aqui, e não recuar um passo, nem que seja a pedra. A neutralidade não salvará ninguém. Ontem e hoje fiz seguir 150 homens para o botafors dos nossos ex-sitiantes até 4 ou 5 léguas". (45)

A luta chegava ao fim, com a rendição de uma das partes, e isto significava para o vencido perder suas posições de mando no município, suas terras - quando não a vida - seu afastamento da região e humilhação da derrota; ou, através de um acordo de paz, que implicava em concessões mútuas, numa paz honrosa.

Quando das lutas do Cochô do Malheiro - entre os Coroneis Felisberto Sá e Clementino Matos - outros chefes municipais, amigos de ambos os litigantes, foram convocados para intervir no conflito, pondo termo às hostilidades. De Palmeiras, veio Antonio Afonso Teixeira; de Mucugê, o Coronel Douca Medrado e seu irmão Augusto; de Guarani, o Coronel Jacé de Souza Guedes, chefe do município de Bom Jesus do Rio de Contas. Essa comissão "consegue uma aproximação com Clementino de Matos, no Cochô do Malheiro, onde foi firmada a paz, e redigida uma ata pela qual cessariam as hostilidades entre as partes beligerantes, devendo os combatentes voltar aos afazeres profissionais. (...) Estabelecida a paz, cessaria a luta, o Sr. Clementino poderia voltar para sua terra, as partes contratantes ficariam obrigadas a cumprir as cláusulas do tratado, e nenhum dos contendores voltaria a carga sob pena de ter contra si todos os outros signatários que também eram chefes". (47)

A inclinação com o inimigo derrotado era norma de tradição coronelista. Quando um Coronel deixava de cumpri-la, tornava-se suspeito ante seus companheiros, prenunciando problemas futuros. A atitude elegante do Coronel MII com um seu inimigo vencido é objeto de comentários em carta que recebe de um amigo, também chefe político. Diz o amigo: "Devido sua condescendência com César Sá, outros inimigos espalham que aqui (em Lençóis) V. não

(45) - Walfrido Moraes - Op. cit. p. 132

(47) - Américo Chagas - op. cit. p. 55

pode dominar; Elemento d'êle revoltado dizendo estar de posse de Estiva, Campestre, Agua Negra, Descoberto, e muitos outros lugares e que a policia aî está de acôrdo com êle... Se V. não tomar sérias providências pode ficar certo havemos de enfrentar grandes dificuldades. Pode prevenir-se, porque há planos tenebrosos contra nós, constando já mandarem pessoas incubidas seu assassinato. Se não se decidir agir com energia pode considerar tudo perdido, e amigos seus sacrificados." (48)

A história dos Coroneis da Chapada e suas Famílias é toda ela, uma história de lutas, de violências, de disputas e mortes. Pegar em armas para defender o que consideravam seus direitos, e sua honra, os seus interesses era o comum, na vida da Chapada, ainda que o fizessen às custas da vida de parentes, amigos, da sua gente.

Tal história se desenrolava no cenário político da Primeira República, ante um poder público fraco, sem condições de impor sua autoridade, e fazer chegar até ali, sua Justiça e decisões. Limitava-se a assistir as disputas, ou a intervir, participando do conflito ao lado de uma das facções.

(48) - Da "justiça" dos inimigos nem os padres escapavam. Quando o Coronel Hil conquista as posições políticas de Macaúbas, coloca em sua chefia o amigo Cel. Francisco Borges de Figueiredo Filho, sendo obrigado a retirar-se da região o antigo chefe, Monsenhor Hermelino Leão, que tempos depois, tentando voltar ao município é impedido por homens do Cel. Borges.

O Pe. João Antonio da Silva, "em consequência da queda do seu partido e de outros incidentes partidários, foi obrigado a, três vezes, retirar-se desta Freguesia (Lençóis), da qual, aliás era Vigário Colado" - O. Barbosa - Pequeno Album de Lençóis - p. 70

3.3

Com a República, o poder central, até então, confundido com a ordem privada, começa a se desvincular do mandonismo local, e a se constituir numa força independente, embora não tivesse ainda condições de dispensar, do processo político nacional, o Coronel.

As relações entre poder público e poder privado vão se fundamentar nesta aparente contradição: se por um lado, o sistema exigia a presença do Coronel no processo político, por outro, a consolidação do seu poder implicaria na supressão ou diminuição do poder do Coronel. Durante a Primeira República, Estado e Coronel, Ordem Pública e Privada existiriam como ordens antagônicas e paralelas que se contestariam e terminariam por conciliar situações, e harmonizar interesses.

A República institui o voto direto, colocando em mãos dos proprietários de terras, um instrumento de longo alcance político, pelo controle que exercia, como dono da terra, sobre o eleitorado de seus domínios. Dependendo dos votos controlados pelo Coronel, o Governo entrava em acordo com os chefes locais, dando-lhes carta-branca para agirem em seus municípios, e recebendo, em troca, apoio político o eleitoral. É a famosa "Política dos Governadores", em nível municipal.

Contudo, para sobreviver como poder independente, necessitava o Governo dominar o Coronel. Sem recursos para conseguir isso, por seus próprios meios, tenta vencê-lo através de expedientes outros, como os de fomentar as lutas de famílias, acirrando as disputas e velhas queixas entre os chefes locais, armar ambas as partes, com o objetivo implícito de desgastar os cães, dominá-los e convertê-los em "não morte".

Por isso os sangrentos conflitos podiam acontecer com a frequência e regularidade com que se davam. Uma ação imediata e enérgica, por parte do Governo, para conter os ânimos e punir os

grupos em conflito era quase impossível. A dificuldade de acesso a região (distante da Capital, terreno de serras, onde os soldados do Governo levariam sempre, desvantagem diante dos jagunços conhecedores da zona) e a limitação, mesmo, em homens e armas das forças do Estado reduziriam de muito a eficácia das ordens e decisões que porventura tomasse. Sua autoridade ficava, assim, restrita àqueles locais, onde pudesse enviar a força policial, garantindo seu mando.

Em 1920, o Coronel Horácio de Matos, recentemente escolhido Delegado Regional da Chapada Diamantina, telegrafava ao Coronel Alberto Cardoso de Aguiar, Comandante da Região Militar, dando-lho notícias de turbulências praticadas pelos Sás e companheiros, e dizia: "Conforme já telegrafei Vossencia e Dr. Governador vários grupos armados pertencentes aos Sás e Manoel Fabricio aproveitando acordo firmado por mim, meus amigos com os omisários de Vossencia, certo depósito de nossas armas atacaram de surpresa próspero povoado de Estiva. Armas e munições fornecidas aos assaltantes pelo César Sá e seus amigos. Já providenciei mandado o Capitão Tavares com força policial ficar sob as minhas ordens"; e, faz uma consulta ao General: "Pergunto se posso armar de novo meu povo para uma reação eficaz e imediata, ou se devo empregar apenas na repressão banditismo, elemento oficial".

As próprias forças policiais apelam para os Coronéis. O Capitão Hota Coelho (sediado em Lençóis) telegrafava ao Coronel III, informando-o: "Acabo receber telegrama Tenente Fenelon dizendo estar em Paragurua cercado grande número jagunços. Peço amigo tomar providências junto amigos ali evitar mesmo seja assassinado. Também o Chefe de Polícia do Estado, ainda em favor do Tenente Fenelon, telegrafava ao Coronel III, pedindo-lhe com urgência mandar verificar, garantindo-o:"

O Promotor Público de Lençóis, em telegrama ao Coronel III, dizia: "Em nome comércio, em nome família lençoense, em nome sociedade inteira justiça implora vossa presença com máxima urgência esta cidade."

Ainda o Chefe de Polícia em 1920 ao Coronel H.M., pe-

dindo-lhe tomar providências quanto a um caso de rapto. Telegrafava êle: "Recebi telegrama Juiz Direito Maczúbas dizendo receber conflitos em Remedios virtude Dr. B. ter raptado filha agente correio e que delegado Tertuliano não inspira confiança. Deveis tomar devidas providências."

Walfredo Moraes relata um fato acontecido em Lençóis (em 1922) que sintetiza bem a situação do poder público e dos Coronéis, na Chapada Diamantina, na Velha República. Escreve êle: "O Coronel Manuel Alcântara do Carvalho, deputado estadual, havia sofrido uma tentativa de assassinato, planejada por inimigos da oposição. Convoca as autoridades da terra para prenderem os responsáveis pelo atentado. Atendem ao seu chamado o Intendente, o Promotor e um dentista, seu amigo. O Comandante da Companhia Regional e o Juiz da Comarca, no entanto, se omitem. O deputado insiste na presença do Magistrado, e o chefe da comuna vai pessoalmente à sua procura, trazendo-o.

" - Doutor - diz-lhe Manuel Alcântara - acabo de ser miserável e traiçoeiramente agredido pelos sicários do Senador Cesar Sá, e quero que Vossa Excelência expeça, agora mesmo, um mandado de busca e apreensão de armas e feridos nas casas dos meus inimigos, e leve a efeito igualmente uma verificação na sede da Companhia Regional, a fim de evidenciar se ali está homiziado o bandido Caboclo Viana e outros que porventura o acompanharam na empreitada contra minha vida.

- Deputado, espero até amanhã para que possamos iniciar o competente inquérito. Vossa Excelência há-de convir o perigo que representa para mim, sem forças suficientes, proceder a essas diligências, sobretudo contra as autoridades policiais...

- Os meus homens lhe darão cobertura!...

- Mas não me fica bem como Juiz, Deputado, fazer-me acompanhar de jagunços para invadir a Companhia Regional... - retrucou o Magistrado.

- Pois amanhã cedo, seu doutor - grita Manuel Alcântara, o senhor deverá estar viajando para a Bahia com o Capitão Ugo da Coelho, ouviu seu doutor Nicolau.

(...) Ainda nessa noite Manuel Alcântara reúne uns 200 homens em armas e manda ocupar a Companhia Regional e arrancar de lá, à força o jagunço Caboclo Viana". (45)

Nas ocasiões de lutas entre os Coronéis, o Governo qua se sempre assumia um papel de espectador. Ao vencedor oferecia as "seguranças da sua amizade". Outras vezes, financiava uma das partes para a luta, fornecendo-lhe armas, mantimentos, e soldados. Assim, ego o Governo e (em 1825), quando das lutas do Cocho do Mathairo, entre Clementino de Mattos e Felisberto Augusto de Sá. Ao Coronel Felisberto, o Governo do Conselheiro Luís Viana manda 400 homens sob o comando do Coronel Policarpo, para bater o Chefe Clementino.

Mas, também, atuar como mediador, para restabelecer a paz entre os beligerantes, era papel às vezes, desempenhado pelo Governo. Através do Chefe de Polícia, do Secretário de Segurança, ou do Delegado Regional (50), o Governo intervinha, tentando conciliar ânimos e interesses.

O Chefe de Polícia Antonio Seabra (em 1921) telegrafava ao Coronel RM, Delegado Regional, avisando-lhe: "Ordem pública Parimir alterada. Confio que amigo empregará todos esforços para te seus amigos Parimir no sentido de por termo a essa desordem, aconselhando a eles e aos contrários a não continuarem. Estou certo sua ida lá tudo conseguirá com meios suasórios." E num telegrama complementar dizia: "Governo ficará de acordo com o que resolves com Coronel Douca sobre Parimir. Faço votos para que seja verdadeira a paz."

Os Coronéis guerreavam, outras vezes, contra o próprio Governo. O motivo era sempre o mesmo: não aceitavam suas decisões.

(50) - As Delegações Regionais eram ocupadas, em geral, pelo chefe político de maior prestígio na região, que passava a contar, além das suas próprias forças, com a Polícia do Estado. O delegado regional tinha plenos poderes para agir - em sua jurisdição.

(49) Cf. ut. p. 135/137

Em 1920 os Coronéis da Chapada iniciam uma luta contra o poder público, por não aceitarem os resultados da eleição há pouco realizada, e que trazia de volta ao Governo do Estado, J.J.Scabra. Rebelam-se lá no sertão, ameaçando descer até a Capital, impedindo a posse do Governador eleito. A paz é conseguida, com a intervenção do Governo Federal, que firma com os chefes rebeldes um acordo de paz, o "Convênio de Lençóis", através do qual comprometiam-se os Coronéis a acatar e apoiar o novo Governador, recebendo, por outro lado, do Governo, uma série de favores e privilégios. (51)

Aos vencedores todos os favores e privilégios; aos derrotados, perseguições, o esquecimento oficial. São essas as bases sobre as quais definiam-se as relações Estado - Coronel.

Após a assinatura do "Convênio de Lençóis, o Coronel HM passa a ter influência nos municípios de "Lençóis, Seabra, Guarany, Wagner, Brotas, Remédios, Palmeiras, Oliveira dos Brejinhos, Maceubas, Dom Jesus do Rio de Contas, afóra uns vinte outros que me consultam, inclusive Caetité com cujas forças eleitorais tenho entendimento assinado." (52) É o vencedor, o homem forte da região, e o Governo faz questão de manter consigo boas relações.

Entre o Governador e o Coronel HM troca-se uma assídua e afetuosa correspondência. Escreve o Governador Scabra (em 1920) "Muito grato ao bom amigo pelo seu telegrama. Infelizmente por motivo que já deve saber não foi possível voltar pelo S. Francisco para ter satisfação abraçar amigos como tanto desejava. Espero porém em breve fazê-lo. Muito agradeço incômodo ir e mais amigos esperar-me. Peço querido amigo todo cuidado pleito para evitar nulidades em 1º de março. Confio que muito se interessará candidatas reação republicana, sem quebra liberdade deva haver urnas. Receba meu afetuoso abraço bem como nossos bons amigos dessa zona."

(51) - Vide os termos do Convênio em anexo (nº 14)

(52) - Entrevista concedida pelo Coronel Horácio de Mattos ao Diário de Notícias, Rio de Janeiro, transcrito pelo "O Sertão" de 20/7/1934.

O Coronel devia aos seus correligionários atenções, por exemplo, conseguir-lhes empregos, nomeações, enfim, satisfazer a clientela. Estar nas boas graças do Governo e da Situação era um meio de solucionar esse seu problema imediato.

O Coronel HM faz ao Governo inúmeros pedidos de nomeação para os seus amigos. É prontamente atendido; o Governador (Seabra, em 1921) telegrafa-lhe: "Recebi telegrama prezado amigo: Mandei nomear vosso Promotor Público para comarca Dr. Seabra. Apertado abraço"; "... mandei fazer transferência Comarca. Afetuosas saudações e apertado abraço"; "mandei fazer nomeações solicitadas pedindo ao querido amigo favor especial procurar conciliar tudo de modo a não criar atritos com nosso amigo Dorges Filho a quem acho bom conservar chefia"; "...mandei fazer nomeações pedidas por carta"; "Recebi telegrama prezado amigo e mandei providenciar a respeito"; em carta do seu próprio punho, diz o Governador: -- "Prezado amigo Coronel Horácio de Matos, Afetuosas Saudações. Aço sua carta e agradeço, muito penhorado suas atenções. Conforme seus desejos, mandei fazer as nomeações que me pediu, continuando aqui ao seu dispor. Mando-lhe as seguranças de minha estima e amizade e assino-me amigo afetuosos".

Por outro lado, prestava o Coronel favores ao Governo.. Por exemplo, incentivando o alistamento eleitoral e sobre isso, diz Seabra: "Recebi telegrama prezado amigo e muito agradeço esforço empregado alistamento que deve estar encerrado desde 28 corrente". Apoiando os candidatos indicados pelo Governo nas eleições, ou pegando em armas contra seus opositores. Quando da passagem da Coluna Prestes pela Bahia, o Governo do Estado convoca os chefes políticos do sertão para darem combate à Coluna. Os Coronéis formam seus "batalhões patrióticos", recrutando os contingentes entre seus garimpeiros, trabalhadores, empregados; o Governo fornece o transporte e mantimentos.

O apoio oferecido pelo Coronel ao Governo era agradecimento de modos diversos; através do atendimento dos seus pedidos de nomeações, transferências, ou como escreve o Governador Seabra ao Coronel H.M. (em 1921) "Preciso dar essa demonstração apreço e

consideração querido amigo colocando-o no senado do Estado, onde prestará serviço a nossa causa. Recebí seu telegrama, mas tenho paciência será lançada sua candidatura que será muito bem aceita pelo Estado. Afetuoso Abraço."

O Governo procurava não intervir nos assuntos internos do município subordinado ao Coronel com quem estava em boas relações. Assim, consultava-o sempre que um dado negocio dizia respeito à sua zona de influência; num telegrama passado pelo Chefe de Polícia ao Coronel H.M. isso fica bem definido. O texto refere-se a intenção de um antigo inimigo do Coronel, voltar à Lençóis, diz o telegrama: "... Coronel Fabricio aqui Capital alegando estar com absoluta falta recursos quer ir para Lençóis trabalhar em garimpo para obter recursos para sustentar familia. Prometeu não se envolver absolutamente em movimentos subversivos e somente pede que o deixem trabalhar em paz. Respondi-lhe que ia avisar o amigo." Um outro, do Secretário Landulpho Hedrado diz: "Governo espera sua palavra sobre pretensão Juiz Alvaro Barbosa referente - transferência Lençóis".

E o Governo cuidava em preservar suas boas relações com os chefes políticos locais, esclarecendo dúvidas que pudessem por em perigo esse relacionamento. Do Governador Seabra, ao Coronel - HM. "Recebí telegrama prezado bom amigo. Grandes tem sido explorações feitas nossos inimigos, em torno seu nome, mas os tenho - desprezado todos, tanto que nem uma palavra dirigi ao amigo a respeito tal confiança deposito sua pessoa em quem confio como tanto quanto em mim mesmo. Pelo telegrama recebeu Mesquita e Braulio pode bem avaliar recursos lençam mão para enganar os incautos. Confiamos nossa extraordinária vitória. Receba afetuoso abraço." Ainda do Seabra: "Tenho notícia de um moço sem critério chamado Liborio e por interesses subalternos telegrafou prezado amigo intuito instigar para fins políticos. Previno bom amigo estar precavido contra essas intrigas políticas, verdadeiras armadilhas para plantarem a anarquia e desordem nosso Estado. Espero em breve ter prazer conversarmos. Afetuosos abraços."

Políticos profissionais e Coronéis cultivavam, também - relações de amizade. Dependendo o político, do voto do Coronel -

para se eleger, necessitava ele estar bem com o chefe local, para garantir seu retorno ao Senado, ou, a Câmara dos Deputados. Até mesmo porque, muitos dos senadores e deputados estavam ocupando - aqueles cargos, por indicação do Coronel, como seus representantes. Pelo Convênio de Lençóis, o coronel Horácio de Matos havia ficado com direito a duas vagas no Senado da Câmara, e para preencher tais vagas, a cada legislatura enviava amigos seus "firmes e leais."

Por isso, os políticos não descuidavam seus contatos com o chefe das suas bases eleitorais. O Deputado Federal Francisco Rocha, despedindo-se telegraficamente ao Coronel HM: "Sigo hoje Rio onde tenho prazer receber ordem ilustre amigo. Sentirei satisfação podendo ser útil zona ilustre amigo é representante municipais." De Frederico Costa, Presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano Democrata segue para o Cel. HM o seguinte telegrama: "Congratulo-me ilustre amigo pela almejada conciliação - dos valiosos elementos dessa importante comarca obtida pela sua inteligência iniciativa certo de que o pleito primeiro de março venha corresponder nossa expectativa. Chamo atenção caro amigo para pleito em Lençóis contando seu grande prestígio consiga evitar abandono pleito ali."

Do mesmo Frederico Costa: "Acusando recebimento vosso telegrama que me participa estar em abandono chefia política Dom Jesus Rio de Contas, comunico-vos que o Coronel José Martins residente aquele município tem se entendido com o governo a respeito da organização de um diretório local. Agradeço, entretanto vosso solícito esforço e não dispensarei se por ventura fracassar a proposta que já está em andamento."

E da Comissão Executiva do Partido Republicano Democrata recebe o Cel HM telegrama em que é informado de que "a Comissão hoje reunida deliberou por unanimidade votos apresentar o nome do prezado correligionário e amigo candidato a vaga do Cel. Cesar Sá no Senado Estadual, cuja eleição se realizará no dia sete de outubro próximo. Queira aceitar nossas sinceras saudações".

A Comissão Executiva do Partido Democrata através seu

secretario Pereira Hacyr envia ao Cel. H. um minucioso telegrama em que "... recomenda com absoluto interesse ao dedicado correligionário e amigo nosso município as candidaturas dos eminentes doutores Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra à presidência e vice-presidência da República no próximo pleito de primeiro de março (refere-se às eleições de 1922) no qual os estados dissidentes e a Capital Federal interpretando legítima aspiração do povo brasileiro fazem questão de honra pela vitória dos seus candidatos. O compromisso do Partido Democrata nesta causa Reação Republicana é inabalável e está firmado com a garantia da lealdade e disciplina de todos os correligionários nos quais a comissão executiva solicita com insistência o comparecimento do melhor número possível - de eleitores às urnas sem que haja de modo algum dispersão votos. A vitória absoluta da chapa Nilo - Seabra em todo o Estado é a palavra decisiva da política bahiana unida e forte".

Ruy Barbosa "agradece, muito penhorado, ao seu distinto amigo o Coronel Horácio de Matos as saudações, com que por ele foi honrado, e espera de S. Exa. o seu valiosíssimo auxílio no pleito eleitoral a que vamos entrar a 29 do corrente, pelo restabelecimento das instituições constitucionais neste infeliz Estado", escreve o Senador em 1919. João Mangabeira também escreve ao Coronel (em 1922) dizendo-lhe: "... mande-me suas notícias, e de qualquer coisa ou nomeação que precise para aí é só mandar as suas ordens". Bráulio Xavier (em 1921) escreve-lhe referindo-se "à traição e degola que sofreu por ter sido candidato dos coronéis do sertão", e lhe diz "... estarei na Bahia, inteiramente às suas ordens; quer recebê-las e cumpri-las, contendo sempre o amigo com a minha dedicação ao seu lado".

Do deputado Xavier Marques recebeu o Coronel Horácio - uma longa carta na qual lhe é pedida "a honra da renovação do mandato de deputado federal na eleição do 17 de fevereiro próximo" (53)

Assim, políticos e coronéis, Governo e Chefes locais conviviam em estreita dependência. Para sobreviverem como tal, necessitavam-se uns dos outros. A Revolução de Trinta propõe-se

(53) - Vide em anexo (nº 12) o texto da carta.

alterar a velha ordem, transformar o esquema de poder, até então vigente.

Vitoriosa a Revolução, seus líderes providenciam a ocupação de Chapada Diamantina e o seu controle político e militar, conseguindo dos chefes locais, o compromisso de desarmarem os sertões. Milhares de armas são entregues em nome da Revolução.

Os coronéis estão desarmados. O poder público para se tornar força independente exige a supressão do poder privado, do poder dos coronéis. Os tenentes revolucionários, supondo estar o sistema coronelista calcado nas figuras dos seus representantes e que por isso desarmando e retirando de cena os chefes locais, e velha ordem se extinguiria, dão ordem para a prisão dos coronéis. Elas se sucedem: Coronel Franklin, de Pilão Arcado, João Duque, de Carinhanha, Marcionílio de Souza, de Maracás, Abílio Welny, de Jarreiras e o Coronel Horácio de Matos, da Chapada Diamantina.

Para os Matos, a Revolução significa o fim de um longo domínio político, um domínio de três gerações, e a desagregação do grupo familiar pela dispersão de seus membros. Para o sistema coronelista, entretanto, a Revolução não chegaria a ser tão radical; deixava intocado o latifúndio, continuava o trabalhador preso à terra, e permanecia o Coronel, talvez com menos força, mas, ainda, em condições de usar as velhas práticas que por tanto tempo lhe asseguraram o poder.

/// /// ///

A N E X O S *

-
- * - Os documentos apresentados em anexo, salvo indicação em contrário, pertencem ao arquivo do Coronel Horácio de Matos.

Anexo nº 1

Dados Biográficos do Chefe Horácio de Matos

A família Matos chegara à Chapada Diamantina, quando ali eram descobertos os primeiros diamantes. Fixaram-se na região de Chapada Velha, mais tarde distrito do que viria a ser o município de Brotas de Macaúbas.

Há notícias já em 1842, 1843 da presença do Alferes José Pereira de Matos, apenando diamantes nas lavras de Santo Inácio, na Serra das Aroeiras. O Alferes forma família numerosa, dedicando-se à mineração, e também à criação do gado, e à lavoura. A tradição oral conservou o nome de sete dos seus filhos: Clementino, o chefe da família após a morte do Alferes, Inocêncio, Quintiliano, José Joaquim, Canuto, Renério e Manoel.

Através do casamento de seus membros, a família Matos liga-se a "uma família também recursada e briosa do Assuruá", os Queiroz. Clementino, Quintiliano e José Joaquim haviam se casado com moças Queiroz, estendendo a influência dos Matos além dos limites da Chapada Velha.

Em 1882 (18 de março), nasce Horácio, um dos 15 filhos de Quintiliano Matos, na fazenda, da família, Capim Duro, em terras da Chapada Velha. Lá se cria, longe de escolas, professores, contato com a cidade grande, e bem próximo das lutas, disputas, combates e mortes que ~~que~~ frequentemente envolviam sua família.

Jovem, ainda, Horácio deixa a Chapada, indo para Morro do Chapéu, município onde pontificava o Coronel Francisco Dias Coelho, de quem recebe a patente de Coronel da Guarda Nacional. Aí em Morro do Chapéu trabalhava Horácio, como capanguiro (comerciante de diamantes), voltando vez por outra à Chapada Velha, em visita aos parentes.

Em 1910 ou 1912, o velho Clementino sentindo-se velho e doente, indica o sobrinho Horácio para a chefia da família e

das posições políticas, fazendo-o seu sucessor, segundo a tradição. Morto o tio Clementino, Horácio volta em definitivo para a Chapada, assumindo de fato a liderança do grupo familiar.

É em nome da família, pressionado pelas exigências do mando, que se envolve em longas lutas com outros chefes locais. Em 1914, luta contra o Chefe do Campestre, vingando a morte de um seu irmão; em 1916, com o Coronel Militão, de Barra do Mendes, por motivos políticos; 1920, luta contra o próprio Governo do Estado; vencedor, é reconhecido chefe político de 12 municípios da Chapada Diamantina. A família Matos que até então, dirigia os destinos de um pequeno distrito lá no sertão da Bahia, com Horácio passa a dominar toda a região da Chapada Diamantina. Os Matos, ou seus amigos estão na direção dos municípios das lavras: em Campestre, Manoel Carneira de Matos; em Nacaúbas, seu irmão José divide a chefia com um velho amigo da família, o Cel. Borges Filho; Lençóis, é entregue ao Coronel Manoel Alcântara, amigo e aliado político; Palmeiras, é dirigida pelo Chefe Lídio Uelo, primo do Coronel Horácio, e assim por diante. O Coronel Horácio, como Delegado Regional, supervisiona toda a Chapada.

Horácio de Matos faz-se um chefe respeitado e temido, um líder acatado, ciogo de seus direitos de chefe. Não admitia a indisciplina, o roubo, a violência sem causa. Sua "justiça" era simples e sumária: "prendam o sujeito, fuzilem esse homem," ou, "justicem o cabra".

Cultivava com cuidado sua imagem, fazendo distribuir - entre parentes, amigos e "jurisdicionados" retratos seus, mensagens, visitando com certa constância as áreas sob sua influência. Um dos seus "assessores", escreve-lhe dando conta de uma dessas missões: "De acordo com o que me incumbiu de distribuir alguns - cartões e retratos, o que fora sabido, alguns têm me procurado". Outro lhe diz: "Holdrado entregou-me 5 retratos da última encomenda. Deles tirei os seguintes: 1 para fulano, 1 para beltrano. Ele entregou-me também 2 dúzias de miniatures, nas elas não chegaram para as pessoas que desejavam". Quando saía em visita aos

municípios sob os quais tinha jurisdição dedicava-se a ouvir as queixas, resolver disputas, distribuir justiça. Como Chefe, mantinha-se sempre presente entre seus subordinados.

Conta a tradição que Horácio era, aparentemente, um caráter introvertido, quase tímido, embora no combate, transformasse-se num indivíduo arrojado, corajoso, um líder destimedo, lutando e comandando seus homens, animando-os e encorajando-os na trincheira ao lado deles, parecendo estar em toda parte ao mesmo tempo.

Amigos e inimigos diziam ter êle o corpo fechado, porque sempre seguindo à frente dos seus homens nunca era ferido, - fosse num corpo a corpo usando o punhal, fosse num combate usando a repetição, o "papo amarelo", a meuzer, a combém.

O próprio Coronel Horácio se não era um cristão fervoroso, acreditava nas coisas do céu, e no poder das orações. Em seu arquivo, encontramos seu livro de orações: um livrinho de capa preta, manuscrito, de paginas soltas e já desbotadas, com uma vintena de orações. Muitas trazem como título "Oração para os tempos de guerra", outras são invocações a santos diversos. -

Uma dessas orações para os tempos de guerra diz: "Salve rainha forte e forte será eu forte e forte. As armas de meus inimigos por baixo de mim e eu por cima das armas de meus inimigos. É elas por mim e não contra mim; meus inimigos e minhas inimigas assim como meu Senhor Jesus Cristo foi o melhor e pacifico cordeiro; no pé da Santissima Cruz, assim será meus inimigos e minhas inimigas, para mim hoje neste dia amanhã todo dia. Se olho tenha, não me veja, se boca tenha não me fale não; se mão tenha não me prenda não; se pés tenha não me alcançarão, pelos poderes de Deus e da Virgem Maria. Forte me deito, forte me allevanto, forte sou de Jesus Cristo, pela pia de agua benta Senhor São João pelo Rio do Jordão, pela barca de Moé, pela chave do calvário eu com ela no destranco e com este credo me tranco".

Após o movimento de 1920, o Coronel Horácio foi indicado para ocupar uma cadeira no Senado Estadual, pelo Governador - Seabra que queria assim dar "provas públicas do apreço e conside

ração" em que o tinha. Entretanto, o Coronel HM pouco tempo passa na Capital; preferia a Chapada, e a chefia direta dos seus municípios.

Em 1923, casa-se com uma filha do Coronel Douce Medrado, de Mucugê. Em 30 é preso pela Revolução, muito embora tivesse entrado em entendimentos com o Interventor, desarmando os setores em troca de paz e tranquilidade nas Lavras. Em maio de 1931, continuando em Salvador, já em liberdade condicional, é assassinado.

/// /// ///

Anexo nº 2

Municípios que formavam a região da Chapada Diamantina na República Velha: 1. Andaraí, 2. Abaíra, 3. Água Quente, 4. Barra da Estiva, 5. Brotoas de Macaúbas, 6. Ituaçu, 7. Jussiape, 8. Lençóis, 9. Macaúbas, 10. Mucugê, 11. Oliveira dos Brejinhos, 12. Palmeiras, 13. Paramirim, 14. Seabra (antigo - Campestre), 15. Wagner. (*)

(*) - Fonte: Recenseamento Geral do Brasil - 1920

IDGE

Anexo nº 3

A carta abaixo transcrita (datada de 4/5/921) é de um membro da clientela da Família Matos, dirigida ao Coronel Horácio, informando-o da situação local, dos seus inimigos políticos. Diz o texto da carta:

"Minhas considerações com votos de felicidades, de coração rogo a Deus todos os dias. ~~Cada vez aumento os oráculos de~~ ~~deuses e deuses.~~ Cada vez aumenta-se em Deus a minha fé visto como parece-me que os meus rogos a êle sobre a sua felicidade e triunfo em suas lutas são sempre coroados dos melhores resultados.

E para isto, venho dar-lhe o meu abraço de parabens - por todas as felicidades por você alcançadas. Aqui se acha um tal de Serjão, já foi a Rio Branco, onde tem parentes, lá não o quiseram e aqui está para que encosta-se ao tal Fabricio junto ao Sr. Doudou Moreira, que é vaqueiro do procurador do Cel. Teixeira e aqui está muito contra o meu gosto porém como não quero chamar uma desgraça para esta terra sofro com minha familia tudo calado para não alarmer a coisa. Creio que êles nada tentarão pelo que eu já disse, e êles estão cientes que no momento - que eu pressentir ajuntamento de gente aqui, com planos contra você que no mesmo dia o portador segue a você, portanto esperamos mais alguns dias. Contam-me que o Serjão vendeu a arma que trazia ao Compe. Dezinha, o Mel. Fabricio promete que dele nunca sairá daqui coisa alguma contra você que quer é viver. Enfim, temos é bons fiscais para tudo chegar ao seu conhecimento. Os tais fabricios não falam comigo, somente o Manuel Fabricio como macaco mais velho, isto tudo somado ao que não deixo êles fazerem contra sua pessoa como a principio quiserem fazer. (...)"

Anexo nº 4.

Uma outra carta de "cliente" do Coronel Horácio de Mattos, informando-o sobre a situação política em Paramirim, as disputas locais, e pedindo-lhe intervir no município. A carta é datada de 29/6/1922, da fazenda Angico, município de Água Quente:

"(...) Aqui as coisas não vão bem, o desassocêgo tem sido extraordinário. Vossos emissários aqui chegados acalmaram - um pouco as exaltações. O povo na sua maioria insiste pela permanência do Major Felipe Cardoso, o qual está sendo a garantia da população de Paramirim, tão massacrada pela despótica orientação atual. O povo está jurado das maiores perseguções por parte da chefia em vigor, mas a esperança de que haveis de intervir, do nosso direito, do nosso bem estar e de nossa prosperidade, nos conforta. Todos estão com os olhos voltados para a vossa ação em nosso auxílio e confiamos em vós.

O Major Felipe Cardoso está com o povo, e o povo não o pode deixar; caso se dê a retirada do Major é preciso que mais de três quartos da população também se retire, pois os negociantes do comércio, os proprietários dos arrabaldes e todos os amigos do Sr. Felipe estão jurados pelo chefe atual e seus jagunços das maiores perseguções, como sejam roubo e ataque às suas propriedades para o fim único de fazerem sobraça. "Isto parece incrível, mas é propealado em voz alta e a toda hora".

/// /// ///

Anexo nº 5

Carta (datada de Jordão 31/10/922) de um membro da cli
entela dos Matos, informando ao Coronel HM sobre assuntos locais:

"Prezadíssimo Amigo Coronel Horácio de Mattos

Minhas saudações, com votos ardentes ao artíssimo por
vossa saúde e felicidade. Hoje em minhas mãos vossa estimada car-
ta de 14 do expirante acompanhada de 32 retratos de vossa pessoa,
o que alegrou-me intusiesticamente, cumprindo o seu pedido, prin-
cipiei hoje mesmo a distribuição com os nossos amigos daqui, e na
circunvizinhança. Com amigos de arte consideração e respeitabili-
dade. Achi o momento sem alteração, sempre continuando a ordem .
Junto a esta, copia da carta que lhe escrevi em resposta da sua
de 31 de agosto pp, escrita de Mucugê que remeti pelo correio
da Bahia. É portador desta o sr. Francelino Barretto, que vai -
vos comunicar de certas informações projetadas de Brotas. Os nos-
sos amigos do Jordão em geral inclusive os de sua circunvizinhan-
ça athe Morperá almejam o desligamento do municipio de Barra do
Mendes do de Brotas, isto é, esta vontade com eles não mostram -
ter cor politica e sim em vista de ja se acharem todos em suas
lavouras, tratando de seus trabalhos, em fins cobertos de todas
as garantias, e de cujas garantias agradecem exclusivamente ao
bom Amigo; assim como, mais desejam que isto uma vez realizado -
seja em Jordão a sede da Villa. Faço-lhe esta..... em virtude
do povo em massa como já disse, dirigirem-se a mim manifestando
esta opinião, em cuja manifestação e sempre pelo sofrido povo é
lembrado o vosso elevado nome.

Sem motivos para mais permanecendo aqui, como uma vez
seus administradores, podendo com toda franqueza utilizar dos -
meus pequenos prestimos. Como seu Aº grato, Obrº. Abraço-lhe o
seu Amº. "

/// // ///

Anexo nº 6

Carta do Padre Carrilho (datada de Brotas 17/10/1915), Vigário da Freguesia de Brotas do Macaúbas, parcialidade dos Matos, e informando o Coronel Horácio sobre a política do Coronel Militão Rodrigues Coelho, seu inimigo:

"Há três dias recebi carta do Antonio Carrilho e do Dr. Lessa ambos mandando dizer que o Dr. Cova, ainda tenta montar o Militão no Jordão, dividindo para isso o município. O Governador garantiu ao Antonio, não fazer isto. Contudo, o Lessa aconselha o povo de Jordão fazer um abaixo assinado lhe apresentando como Chefe, sendo este abaixo assinado dirigido ao Governador.

Como no domingo eu celebrou na Gameleira a 2ª feira (23) no Jordão, o José João é de opinião que V. se apresente na Gameleira e no Jordão nesses dois dias de Missa e fim de aproveitamento e reunião, tomar algumas assinaturas. (...)"

/// /// ///

Anexo nº 7

Carta do Coronel Francisco Borges, (de 23/5/321) chefe de Macaúbas por indicação do Coronel Horácio de Matos. O Coronel Borges havia impedido a entrada na cidade dos antigos chefes locais, Monsenhor Hermelino Leão e seu irmão. Interrogado sobre o fato, o Coronel Borges justifica-se lembrando a HM a semelhança deste caso com os de Lençóis e Campestre, quando Horácio exige como uma das cláusulas do Convênio de Lençóis, a retirada desses municípios dos seus antigos chefes. Diz o Coronel Borges:

"Amigo não deve ignorar feitos família Leão tornou-a odiada detestada no município; vindo hoje Pedro Marques viria amanhã Hermelino. Povo isso compreendendo levantou impedir ela se efetuasse. Providenciei quanto pude evitar mal maior e Pedro Marques compreendendo situação resolveu ficar Urubu para onde seguiu emissário realizar compra seus haveres... Caso quase igual Campestre, Lençóis não ficar contra amigos leais para favorecer inimigos..."

/// /// ///

Anexo nº 8

A carta seguinte (datada de Santo Inácio, 23/2/329) refere-se a um pedido de nomeação feito ao Coronel M.A.C. por um membro da sua clientela:

"Ilm^o Snr. Cel. M. A. C.

"Saúde desejo a V. Ex^a e muitas felicidades.

Tem esta por fim pedir-lhe como amigo o obsequio de conseguir arranjar para mim nomeação para agente do Correio desta localidade, em vista do falecimento do Agente Sr.

Portanto, peço-lhe que V. Ex^a escreva a Directoria me apresentando e obtenha para mim esta colocação.

Assim crente no bondade de V. Ex^a confesso-me grata desde já ao que fizer por mim.

Ass.) Maria..... (*)

(*) - Carta pertencente ao arquivo do Cel. M.A.C., em Lençóis. No verso da carta o Coronel anotou a data e um resumo da sua resposta: respondeu ele que iria escrever a um amigo providenciando.

Anexo nº 9

Os membros da clientela do chefe político local, frequentemente, recorriam a êle pedindo favores, colocações, proteção nos primeiros tempos de vida profissional, no caso de serem médicos, advogados. A carta que transcrevemos faz parte do arquivo do Cel. M. A. C. (é datada de 2/1/1929); já remetida por uma "parcialidade" de Drotas de Nicóbulas, muito ligada ao Coronel H.H., o vigário da freguesia da Il. S. de Drotas.

"Prezado Amigo Cel. M. A. C.,

Cordiais saudações e votos de bons festos e de muitas felicidades, inclusive vendosas capangas (*) (não valentões) em 1929.

É portador desta o meu filho Dydio que há um anno se formou em Medicina. Há um mez elle aqui chegou e delibrou clinicar alguns dias nessa riquissima zona, patrocinado pelo Amigo, zona essa inteiramente desconhecida para elle. Pelo que peço-lhe acolhel-o sob a sua frondosa sombra, o que muito lhe agradeçerei.

Deus nº obrig.

(s) Pe. P.

(*) - A capanga era como se chamava a sacola em que se carregava a partida de diamanta comerciada. Capangueiros eram os comerciantes da parte, assim chamados por usarem a capanga.

Anexo nº 10

O chefe da família assumia obrigações diversas com os seus dependentes, entre as quais as de assistir-lhes nas suas dificuldades, na resolução dos seus problemas. Os parágrafos que se seguem são trechos de duas cartas recebidas pelo Coronel M.A.C. de receber Benzinho, sobrinho seu, e encarregar-se da sua criação e educação, como se fosse seu próprio filho, isto é, com todos os direitos e deveres de um pater-família.

"Sinhô,

Segue amanhã o meu filho Benzinho que vai ficar com você, nada tenho a lhe recomendar, você o ensinará na luta pela vida, como se fosse seu filho, isto tenho certeza. (...) Você tome conta, quando por acaso não te servir escreva-me ou mandem-o, eu sou e te serei sempre muito grato, tu hoje, és *paie* e podes avaliar a gratidão que nos fica n'alma por aquelle que nos auxilia criar os nossos filhos (...)"

"Tio Sinhô,

(...) Somente hoje, nesta sexta-feira pudemos desparchar o Benzinho que está muito alegre com a nova vida que vai encetar. Eu tenho certeza que elle se dará bem com o Senhor, - pois, pelo menos, amoldará com o seu convívio, o modo de viver. (...)

Não seja o Senhor para elle mais nem menos do que foi commigo. Isto é o bastante. Penso que era excusado papae dele

ger-lhe o direito "de vida e morte", como o romano antigo sobre o filho."

/// /// ///

Certas datadas de 31/i/1929 e 1/2/1929; arquivo do Coronel M.A.C.
Lençóis

Anexo nº 11

O Coronel M.A.C. conservou em seu arquivo a carta que se segue. (*) É de um bacharel em Direito, amigo seu e do Coronel H. M., que estando sendo processado por crime de morte, no Recôncavo, havia se homiziado na Chapada Diamantina. Escrevia -
ele:

"Meu caro A.,

Felicidades

"Estou aqui em Lençóis, há quase 30 dias, e devo seguir para Jacobina, por esses 4 ou 5 dias. Conforme já lhe avisei, fui absolvido por unanimidade de votos; o Promotor, porém a pedido do Dr. Madureira de Pinho (advogado da família) e do Senador Pedreira Teixeira Maia (mentor da política de Santo Amaro) apelou. Não creio, por vários motivos, que o Tribunal leve em consideração sua apelação. Não há provas contra mim, por mais empenho que nisso tivessem os meus inimigos; depois, a perseguição contra mim foi tramada, como todos sabem, chegando, eu e meus, a ter a minha condenação como um facto. Mesmo assim, apenas recusei 4 jurados e meus inimigos esgotaram o mesmo. Acresce ainda, como é opinião geral, que dos 4 jurados que recusei, dois eram amigos meus.

Para que prova maior de que a opinião pública estava comigo? Não vejo, por conseguinte, razão para que o Tribunal não confirme a decisão do Jury. Mesmo assim, espero que você escreva a todos os seus amigos inclusive o Dr. Cordeiro e aos Berrettos, para que se interessem por mim junto aos Desembargadores. Confio em sua ação.

Um pedido ao Dr. Vital (Governador do Estado, na época)

é de um valor extraordinário. Outra cousa: estava advogando em Santo Antonio, chegando mesmo, em poucos dias, a ganhar alguma cousa. Mas, como você bem pode comprehender, por enquanto, a advocacia de lá não me convém. Poderia fazer alguma cousa por ahí?

Escreva-me para Jacobina e disponha do seu amigo

sss) Mario

/// /// ///

(*) Carta datada de 19/3/923; arquivo do Coronel M.A.C., Lençóis.

Anexo nº 12

Carta de um deputado ao Coronel Horácio de Matos (data da de Bahia 12/1/1924) solicitando-lhe votos:

"Ilm^o Aug^o Sr. Coronel Horácio de Matos

Estimulado pelas simpatias com que me honram no seio da Camara, indistintamente os representantes de todas as oposições políticas, pelos applausos dos meus conterraneos em geral e a confiança do partido que novamente me apresentou aos suffragios do independente eleitorado do 4^o districto, venho solicitar da sua reconhecida e legitima influencia e dos seus amigos, eleitores dessa circumscriçãõ a honra da renovação do mandato de deputado federal na eleição de 17 de fevereiro próximo.

Na Camara dos Deputados jamais abstrahi dos interesses da Nação, sem esquecer-me das necessidades immediatas do Estado especialmente desse districto, conforme attesta, além de outras iniciativas a minha constante colaboração no orçamento da despesa autorizando a construção de linhas telegráficas que ligasse - entre si e com a rede geral os diversos centros populosos e productores dessa vasta zona do sertão bahiano.

Assim espero que os meus dignos conterraneos e amigos, ouvindo a sua consciencia e no livre exercicio de seu direito, - naiz uma vez me proporcionem o ensejo de servir no Congresso Nacional ao progresso e engrandecimento da nossa grande e estremeada Bahia.

Compatriota e amigo ob^o

/// /// ///

Anexo nº 13

Carta do General Alberto Cardoso de Aguiar, Comandante da Região, ao Coronel Horácio de Mattos (datada de 12/3/920), sobre o acordo que estava sendo firmado entre os coronéis rebeldes contra o Governo do Estado e o Governo Federal, mediador.

"Ilm^o Sr. Coronel Horacio de Mattos

Tenho a satisfação de vos apresentar os meus emissários Capitão Felinto Cezar Sampaio e Dr. Joaquim Caribé da Rocha que - vão conferenciar convosco afim de assentarem as bases da pacificação da zona das Lavras.

Fico certo de que concorrereis com a vossa boa vontade e patriotismo afim de que se normalize a vida e o trabalho nessa Região, tanto mais quanto sois o único que ainda não correspondeu ao meu apelo de conciliação e harmonia.

Com esses emissários podeis estabelecer as cláusulas - do acordo que serão desde logo firmadas, dentro dos limites da Lei e da Justiça.

Envio-vos as minhas saudações cordiais"

a)

/// /// ///

Anexo nº 14

Em 1920, os coronéis do sertão da Bahia rebelam-se não aceitando a posse do Governador eleito para o período 1920-1924, em substituição a Antonio Muniz. O Governo Federal interveio no Estado (através do Decreto Presidencial nº 14.077 de 23 de fevereiro de 1920) nomeando como interventor o Comendante da Região, General Cardoso de Aguiar. É o Interventor que propõe em nome do Governo da União a assinatura de um convênio que "se traduza em negociações de uma paz honrosa". É o texto desse acordo, firmado entre o Coronel Horácio de Matos e o Governo Federal, conhecido como "Convênio de Lençóis", que transcrevemos abaixo:

"Intendência Municipal de Lençóis, em vinte e tres de março de mil novecentos e vinte, nesta cidade de Lençóis, comarca de Lavras Diamantinas, Estado federado da Bahia no salão nobre do Paço Municipal, às quinze horas, reuniram-se os Excelentíssimos Senhores Capitão do Exército Doutor Felinto Cesar Sampaio e Doutor Joaquim Coribé de Rocha, emissários representantes do Excelentíssimo Senhor General Alberto Cardoso de Aguiar, Comandante da Quinta Região Militar, e Excelentíssimos Senhores - Doutor Zecarlos Pinto Barreto, Professor Antonio Carlos de Assis, Coronel Faustino Gomes de Castro, Coronel Pedro Pereira Bastos e Coronel Manuel Alcântara de Carvalho, emissários do Excelentíssimo Senhor Coronel Horácio de Queiroz Matos, chefe do movimento revolucionário da zona sertaneja Centro-Oeste, estes emissários, sob a presidência do Doutor Zecarlos Pinto Barreto, e com a assistência do Coronel Horácio de Queiroz Matos e mais ainda os Excelentíssimos Senhores Coronel Francisco Borges de Figueiredo Filho, representante do município de Macaúbas e Coronéis Vicente Pina, membro do Diretório Político de Lençóis e Rodolfo dos Sen-

tos Marques, todos estes sob a presidência do Capitão Doutor Felinto Cesar Sampaio, para firmarem o acôrdo em virtude do qual - cessa, desde já, o referido movimento revolucionário, chefiado - pelo Coronel Horácio de Mattos. E depois de rejeitada a preliminar de se anularem as eleições ultimamente procedidas para preenchimento do cargo de Governador do Estado, no quadriênio de mil novecentos e vinte e mil novecentos e vinte e quatro, preliminar fortemente defendida pelos emissários do Coronel Horácio de Mattos, ficou entre este e os emissários do General Cardoso de Aguiar assentado que o Coronel Horácio de Mattos e seus amigos terminariam por completo o movimento revolucionário, mediante as seguintes cláusulas que foram aceitas de parte a parte:

Primeira - Absoluta isenção de responsabilidades civis ou criminaes, por atos praticados pelos revolucionários desta zona ou fatos decorrentes da ação dos mesmos.

Segunda - Para provimento dos cargos de nomeação nos municipios revolucionários, o Governo ouvirá os seguintes chefes políticos: Em Lençóis, o Coronel Manuel Alcântara de Carvalho; em Brotas de Macaúbas, o Major João Archanjo Ribeiro; em Wagner, o Major João de Souza; em Remédios, o Coronel Leonídio Ambrosio de Abreu; em Guarani, o Coronel José de Souza Guedes; em Macaúbas, o Coronel Francisco Borges de Figueredo Filho; em Drejinho, o Coronel Francisco Teixeira; cabendo aos diretórios políticos a indicação dos nomes para os cargos eletivos.

Terceiro - O Governo promoverá, por todos os meios ao seu alcance a supressão do municipio de Barra do Mendes e sua incorporação ao municipio de Brotas de Macaúbas;

Quarta - Retirada absoluta de Manoel Fabricio da policia do municipio de Campestru, fazendo-se, depois, a reunião dos habitantes do mesmo municipio para escolha dos seus representantes.

Quinta - Nos municipios de Itaberaba, Orobó e Capivari, fazer-se uma politica de aproveitamento dos melhores honons sem distincão de parcialidade de politica.

Sexta - O Governô envidará todos os meios para tornar efetiva a permanência das autoridades judicarias nas sedes das comarcas e termos.

Sétima - Nas próximas eleições estaduais, o partido - situacionista recomendará para as cadeiras à Assembléia um Senador e um Deputado indicados pelos chefes políticos e constantes da cláusula segunda.

Oitava - Ficará debaixo das garantias e do patrocínio do Senhor General-Comandante da Quinta Região Militar o cumprimento de todas as cláusulas apresentadas.

Nona - Conflantes nas garantias de completa justiça e equidade, oferecidas pelo Senhor General Alberto Cardoso de Aguiar, Comandante da Quinta Região Militar, o Coronel Horácio de Matos e seus amigos dos municipios citados, em sendo aceitas as cláusulas d'êste acôrdo, prestarão pleno apoio ao futuro Governador da Bahia, reconhecido o proclamado pelo poder Político competente.

E, por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente - deu por findo os trabalhos e, mandou lavrar a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos. Eu, Antonio Carlos de Assis, servindo de Secretário, a escrevi em duplicata, uma para ser entregue aos Excelentissimos Senhores representantes do Excelentissimo Senhor General-Comandante da Quinta Região Militar, e outra para ser entregue aos representantes do Excelentissimo Senhor Coronel Horácio de Matos. (assinados - Capitão do Exército Felinto César Sampaio, Joaquim Caribé da Rocha, Engenheiro Zecarlos Barreto, Antonio Carlos de Assis, Faustino Gomes de Castro, Pedro Pereira Bastos, Manuel Alcântara de Carvalho, Horácio de Queiroz Matos, Francisco Borges da Figueiredo Filho, Vicente Pina e Rodolfo dos Santos Marques." (*)

(*) - Documentos Parlamentares - Intervenção nos Estados - XIV volume, pags. 505 a 508, Tipografia Jornal do Comércio, Rio, 521

Anexo nº 15

A carta que se segue (datada de Lençóis, 31/3/1920) é dirigida pelo Coronel HM ao Desembargador Bráulio Xavier, Presidente do Superior Tribunal de Justiça da Bahia, explicando-lhe os motivos que o levaram a firmar o acôrdo com o Governo Federal:

"Excelentissimo Senhor Doutor Bráulio Xavier da Silva Pereira:

Tive o grato prazer de receber a vossa amistosa e confortadora carta, cujas honrosas referências a meu respeito muito me penhoraram. Guardo-a como uma lembrança, senão como a melhor recompensa aos meus esforços na campanha que travamos em prol da reivindicação dos nossos sagrados direitos. Se esta luta gloriosa não chegou ao fim almejado por todos nós, não foi porque, diante das quase insuperáveis dificuldades que nos asoberbaram nos últimos momentos, se me entiviasse o ânimo e aos meus leais companheiros do sertão. Cedi ao império das circunstâncias. Tenho sobre os ombros o peso formidável das responsabilidades que assumi com a família sertaneja que tudo espera de mim. E eu não podia submetê-la aos horrores de uma guerra desigual para a qual, se a coragem nos sobrava, faltava-nos os meios, os recursos mais insignificantes.

Lançar-me com os meus amigos em uma luta contra todo o Exército Nacional, seria um crime imperdoável.

Mesmo assim, não recuei um passo sequer. A minha atitude foi a mais digna possível até o último momento.

Não aceitei condições nem me considereei vencido.

Pela leitura do acôrdo que firmei com o Exmº Sr. Dr.

Presidente da República, na pessoa do seu representante legal, o Sr. General Comandante da Região, cuja cópia remeti ao Dr. Simões Filho, voreis que as baionetas e os canhões do Exército - da República não me aterrorizaram ao ponto de me fazer esquecer que, acima da vida, eu e os meus amigos, precisavamos colocar a honra.

Estou em paz com a minha consciência, certo de ter cumprido o meu dever. Muito me confortaria o espírito, assediado pelas atribuições do momento, se a minha atitude merecer a vossa aprovação.

"De Vossa Excelencia, patricio, amigo e admirador.

a) Horácio de Matos"

/// /// ///

Anexo nº 15

Intervindo numa disputa política entre o Coronel Borges Filho e Major José Matos, pelo controle do município de Macaúbas o Coronel Horácio de Matos, atua como mediador, propondo o seguinte acordo:

"Acta do accordo político proposto pelo Coronel Horácio de Queiroz Mattos e acceito pelos Coronéis Francisco Borges de Figueiredo Filho e José de Queiroz Mattos. Aos 12 dias do mez de Novembro do anno de 1921, no Paço do Concelho Municipal. Às 12 horas, ali presentes o Coronel Horácio de Queiroz Mattos, Delegado Regional e intermediario do Governo para a consecução de um accordo político, o Dr. José Martins de Almeida, Juiz de Direito da Comarca, o Dr. Luiz de França Aguiar, o Coronel José Candido de Mattos, o Revedno. Padre Durval do Carmo Soares, o Coronel Francisco Borges de Figueiredo Filho, o Coronel José de Queiroz Mattos, e varios outros cidadãos, cujas assignaturas figurarão no fim desta acta, expoz aquelle primeiro cavalheiro o interesse que tinha o Governo da harmonização dos elementos divergentes da política desta município de Macaúbas que obedecem a orientação dos Srs. Coronéis Francisco Borges de Figueiredo Filho e José de Queiroz Mattos. Ponderou os beneficios decorrentes de uma união de vistas entre todos os municipios, havendo troca de idéas entre os presentes tendo-se, afinal, chegado a um accordo estabelecido sob as seguintes bases: - 1º - O Intendente Municipal será o Dr. Luiz de França Aguiar, indicado pelo Dr. Juiz de Direito, sem ligações partidárias, nem compromissos políticos na administração. 2º - O Concelho Municipal compor-se-á de tres amigos do Coronel Francisco Borges de Figueiredo Filho, tres amigos do Coronel José de Queiroz Mattos e dois

elementos neutros indicados pelo Coronel Horácio de Queiroz Mattos, que são o Revedmo. Padre Durval Soares e Coronel José Candido de Mattos. 3º - O Directorio Politico será composto de nove membros, tendo como seu presidente o Coronel Francisco Borges de Figueiredo Filho, que é o chefe local, o qual apresentará nomes de mais três amigos seus; terá como Vice-Presidente o Coronel José de Queiroz Mattos, que, por sua vez, dará também os nomes de tres amigos seus sendo o novo lugar preenchido pelo Coronel José Candido de Mattos. Este Directorio possui attribuições para resolver os casos politicos de interesse do Partido e do Municipio obrigando-se a minoria, sob palavra de honra assignar as resoluções da maioria, competindo-lhe também fazer as indicações para os diferentes empregos do Municipio. 4º - Na posse do novo Concelho, este e os cavalheiros mais representativos do Municipio, que, então, serão convidados, bem como o Directorio, caso já se encontre definitivamente organizado, comprometer-se-ao ao fiel cumprimento deste accordo, assignando disto um termo especial. 5º - Lavra-se do resultado desta reunião a presente acta na qual se acha inscripto o pacto de honra celebrado para a unificação da politica local, assim como o solenne empenho da palavra do Coronel Horacio de Queiroz Mattos enviado ao Governo, no sentido de fiel execução do accordo, dando ao caso, em todo e qualquer tempo, o seu apoio official e moral. E desta forma estabelecida e accordada a unificação dos elementos locais, foi pedido a mim Idalino dos Santos Rosa, para lavrar a presente acta em que todos assignarão e que della tirasse tantas copias quantas necessarias fosseem para enviar as autoridades superiores do Estado e ao chefe do Partido Democrata. Outrossim: no acto de lavrar-se esta acta foi dito pelo Coronel José de Queiroz Mattos que indicava os nomes dos Srs. Major Jesuino Marques de Almeida Seixas, Major Reginaldo José de Souza e Joaquim Antonio de Rego para, como amigos seus, fazerem parte do Directorio. - E é este o transunto fiel do accordo. (Assignados) - Horacio de

Queiroz Mattos, José Martins de Almeida, Dr. Luiz de França -
Aguilar, José Candido de Mattos, Padre Durval do Carmo Soares ,
José do Queiroz Mattos, Francisco Borges de Figueirado Filho ,
Jesuino Marques de Almeida Seixas, Reginaldo José de Souza .
(...)» (*)

/// /// ///

(*) - em Notícias de Uma Excursão, Cel. Horácio de Matos -
anexo nº 1

BIBLIOGRAFIA

1. BASDAUM, Leoncio - História Sincera da República (de 1889 a 1930) São Paulo, ed. Fulgor, 1968
2. BARBOSA, Olympio - Pequeno Album de Lençóis - Tipografia d' O Sertão, Lençóis, 1946
3. _____ - Horácio de Matos, Sua Vida, Suas LUTAS = Bahia, 1956
4. CARONE, Edgard - A República Velha (Instituições e Classes Sociais) - São Paulo, Difusão Européia do Livro - 1970
5. CHAGAS, Américo - Montalvão - São Paulo, 1956
6. _____ - Recuzado - São Paulo, 1956
7. _____ = O Chefe Horácio de Matos, São Paulo, 1961
8. COSTA PINTO, Luiz Aguiar - Lutas de Família no Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, - 1956
9. DEBRUN, Michel - O Fato Político, Rio, Fundação Getúlio Vargas, 1964
10. DUARTE, Nestor - A Ordem Privada e a Organização Política Nacional, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966
11. FAORO, Raymundo - Os donos do Poder - Formação do Patronato - Político Brasileiro, Porto Alegre, Ed. Globo, 1958
12. FURTADO, Celso - Dialética do Desenvolvimento, Rio - de Janeiro, Editora Fundo de Cultura 1964

13. HARRIS, Marvin - Town and Country in Brazil, New York, Columbia University Press, 1956
14. HUTCHINSON, Carmelita Junqueira Ayres - "Notas Preliminares ao Estudo da Família no Brasil" in Anais da 11ª Reunião Brasileira de Antropologia
15. JAGUARIBE, Helio - Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político, Rio, Editora Fundo de Cultura, 1962
16. LEAL, Vitor Nunes - Coronelismo, Enxada e Voto - Rio, Forense, 1948
17. MACHADO Neto, Antonio Luis - O Mandonismo Local na Civilização do Recôncavo, Conferência pronunciada no Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, agosto 1970
18. MACHADO Neto, Zahidé et. alii. - O Coronelismo na Bahia - Cadernos de Pesquisa nº 3, Universidade Federal da Bahia - Mestrado em Ciências Humanas, Bahia, 1972
19. MELLO E SOUZA, Antonio Cândido de - "The Dreyden Press" New York 1951
20. MORAES Walfredo - Jagunços e Heróis - Rio, Editora Civilização Brasileira, 1952
21. MOTTA, Albérico - Classes Sociais e Poder Político, Salvador, Instituto de Ciências Sociais - UFBA., 1956
22. PALMEIRA, Moacir - "Nordeste: Mudanças Políticas no Século XX" in Seminário de Administração Superior, Instituto de Serviço Público, - Bahia, s.d.
23. PEREIRA, Gonçalo de Ataíde - "Notícias sobre a descoberta das Lavras Diamantinas da Bahia" in Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, março de 1899, Bahia

24. _____ - Memória Histórica e Descritiva do Município de Lençóis, Bahia, 1910
25. PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura - O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira, São Paulo , Instituto de Estudos Brasileiros, 1969
26. PRADO Júnior, Caio - Evolução Política do Brasil e outros estudos - São Paulo, Editora Brasiliense, 1957
27. _____ Formação do Brasil Contemporâneo, São Paulo, Editora Brasiliense, 1961
28. _____ História Econômica do Brasil, São Paulo Editora Brasiliense, 1961
29. RAMOS, Alberto Guerreiro - O Problema Nacional do Brasil - Rio, Zahar Editores, 1961
30. _____ A Crise do Poder no Brasil - Rio, Zahar Editores, 1961
31. RAMOS, Alberto Guerreiro - Introdução Crítica à Sociologia Brasileira - Rio, Editora Civilização Brasileira - 1965
32. SALES, Herberto - Garimpos da Bahia - Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, Rio, 1955
33. _____ - Cascalho - Rio, Edições "O Cruzeiro" , 1956
34. SILVERMANN, Sydel F. - Patronage and Community - Nation Relationship in Central Italy" in Ethnology, vol. 14, 1965
35. SOUZA, Maria do Carmo Campelo de - "O Processo Político - Partidário na Primeira República" In Brasil em Perspectiva, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968
35. VILAÇA, Marcus Vinicius e ALBUQUERQUE, Roberto C. de - Coronel, Coroneis, Rio, Editora Tempo

Brasileiro, 1955

37. WOORTMANN, Klaes - A Questão Agrária e a Crise Brasileira
Salvador, 1966, mimeografado
38. _____ - Grupo Doméstico e de Parentesco num Va-
le da Amazônia, separata da Revista do
Museu Paulista, vol. XVII, São Paulo ,
1967

/// /// ///



Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no
Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Evergton Sales

Coordenação Técnica: Luis Borges



VIRTUTE SPIRITUS

Maio de 2011

Contatos: poshisto@ufba.br / lab@ufba.br